



**Universidade do Estado do Amazonas**  
Escola Superior de Ciências da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva



AMANDA MACIEL BATISTA

**O protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da comunidade**  
**Remijo do município de Parintins/AM**

Manaus

2025

Amanda Maciel Batista

**O protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da comunidade  
Remijo do município de Parintins/AM**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Amazonas.

Orientadora: Profa. Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina

MANAUS  
2025

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

B333p

BATISTA, AMANDA MACIEL

O protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da comunidade Remijo do município de Parintins/AM / AMANDA MACIEL BATISTA. Manaus : [s.n], 2025.

105 f.: color.; 21.0 cm.

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - PPGSC- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2025.

Inclui Bibliografia.

Inclui Apêndice.

Inclui Anexo.

Orientador: SOCORRO DE FÁTIMA MORAES NINA.

1. Mulheres ribeirinhas. 2. Protagonismo. 3. Saúde. 4. Trabalho. I. SOCORRO DE FÁTIMA MORAES NINA (Orient.) II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título

CDU(1997)614(043.3)



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO**

Aos 30 dias do mês de setembro de 2025, às 09h:00min, de forma híbrida, ocorreu a sessão da Defesa de Dissertação do Mestrado, cujo título da dissertação é: “O protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da comunidade Remijo do município de Parintins/AM”, apresentada por **Amanda Maciel Batista**, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina. A apresentação do trabalho foi realizada em sessão pública, compreendendo exposição da discente em um tempo de 30 a 40 minutos, seguida de arguição pelos examinadores. Ao término dos trabalhos, em sessão secreta, os examinadores exararam seus pareceres, a seguir discriminados:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina – Orientadora

(X) Aprovada ( ) Reprovada

Assinatura.....

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SOCORRO DE FATIMA MORAES NINA  
Data: 04/02/2026 16:48:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dra. Angela Xavier Monteiro – Membro Titular

(X) Aprovada ( ) Reprovada

Assinatura.....

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANGELA XAVIER  
Data: 04/02/2026 14:57:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Damasceno da Rocha – Membro Titular

(X) Aprovada ( ) Reprovada

Assinatura.....

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** SANDRA DAMASCENO DA ROCHA  
Data: 04/02/2026 14:41:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Parecer Final:**

(X) Aprovada ( ) Reprovada

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Prof.<sup>a</sup> Dra. Socorro de Fátima Moraes Nina, presidente da sessão, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora e remeto à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Amazonas.

Manaus, 30 de setembro de 2025.

## DEDICATÓRIA

À todas as mulheres ribeirinhas, em especial as da comunidade Remijo, que com suas vozes, saberes e resistência deram vida a esta pesquisa. Que a força de suas histórias continue singrando os caudalosos rios da Amazônia, mostrando que o protagonismo feminino é proa que guia, sustenta e transforma a sociedade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Nossa Senhora do Carmo, meu sustento e fortaleza em todos os momentos.

Às mulheres ribeirinhas do Remijo que me acolheram e gentilmente aceitaram participar da pesquisa, compartilhando comigo suas vivências, experiências e saberes. A vocês, todo meu carinho, respeito e admiração.

Aos meus pais, Luiza e João, e meus irmãos, Brenda e Luiz Neto. Obrigada por todo apoio e incentivo, e por acreditarem em mim a cada etapa. O amor de vocês me fortaleceu e tornou a caminhada mais leve.

À minha parceira Rafaela Rodrigues por toda força, apoio, incentivo, encorajamento e compreensão ao longo de todo o percurso do mestrado. Seu amor e parceria foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Às amigas do meu eterno “Barzinho da Linha 3”, Polyana Peixoto e Camila Albuquerque. Obrigada por segurarem minha mão durante essa caminhada, por serem aconchego nas dificuldades, risadas nos momentos de descontração e por todo conhecimento compartilhado. A amizade de vocês tornou a caminhada mais prazerosa.

À minha orientadora, Socorro Nina, por todo afeto, paciência e compreensão durante todo o percurso acadêmico. Grata por acreditar em mim e pela oportunidade de aprender com você.

Ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) por subsidiar a realização desse mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UEA, sendo de fundamental importância durante todo o processo do projeto de pesquisa.

Agradeço a todos, familiares, amigos, que direta ou indiretamente estiveram comigo durante a caminhada acadêmica. Gratidão pela torcida, apoio e carinho.

Nas matas e beiradões / Transfiguradas tradições / Matriarcas da floresta / Da várzea ou dos centrões / Das calhas da Amazônia / Caboclas de pés no chão / Forjada de muita luta / Na terra ou com remo na mão.

*Suraras do Beiradão – Boi-bumbá Caprichoso*

## RESUMO

BATISTA, Amanda Maciel. *Mulheres ribeirinhas: o protagonismo na comunidade Remijo do município de Parintins (AM)*. 2025. 105 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2025.

Esta pesquisa buscou compreender o protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da Comunidade Remijo, partindo do entendimento que o protagonismo está associado ao reconhecimento e a participação ativa e construtiva na sociedade. Falar de protagonismo nos remete às lutas feministas, assim nos apropriamos de Federici (2004) que destaca o movimento das mulheres rurais e seu processo emancipatório no “cercamento” e apropriação de terras pela implementação do capitalismo. A autora apresenta uma discussão a respeito da luta das mulheres na busca por reconhecimento e valorização de suas atividades de trabalho. Alguns autores, como Grimm, Estevam e Salvaro (2022), destacam que as comunidades rurais são fortemente pautadas na agricultura e na divisão sexual do trabalho, características que invisibilizam a participação social das mulheres. Esse cenário também ocorre nas comunidades ribeirinhas e aqui, faz-se necessário considerar suas especificidades, seu modo particular de gestão dos recursos naturais, sua organização social e o reconhecimento do espaço onde se constrói e se estabelecem as identidades sociais, modos de vida, cultura e ancestralidade. Diante disso, esta pesquisa buscou identificar e descrever o cotidiano das mulheres ribeirinhas, evidenciando seu protagonismo em suas atividades de trabalho e saúde. Trata-se de uma pesquisa social de cunho qualitativo realizada na Comunidade Remígio localizada nas margens do Rio Uiaicurapá, pertencente a zona rural do município de Parintins. As protagonistas da pesquisa foram mulheres, com idade acima de 18 anos, residentes fixas na comunidade. Como estratégia metodológica foram realizadas duas oficinas e seis entrevistas semiestruturadas com as participantes que procederem com a assinatura do TCLE. A coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa de campo sendo realizadas quatro viagens fluviais até a comunidade, como duração de 3 dias cada. Como instrumentos de pesquisa foi utilizado roteiro de entrevista semiestruturado, diário de campo, registros fotográficos e fonográficos. Após análise dos dados obtidos foi identificado três grupos de indicadores e um núcleo de significação, os quais foram divididos nos seguintes tópicos: “O modo de vida e o cotidiano das mulheres no Remijo”; “O trabalho no cotidiano da vida ribeirinha”; “Práticas de saúde”; e “O protagonismo das mulheres no Remijo”. Os resultados apontam para um protagonismo presente nas atividades cotidianas das mulheres do Remijo, que por meio de um trabalho polivalente faz sua voz ecoar na comunidade, sendo valorizada e reconhecida. Contudo, esse protagonismo é pouco difundido na sociedade. Portanto, esta pesquisa buscou contribuir para ampliação de pesquisas no contexto amazônico, além da possibilidade de criar espaços de discussão que (re)conheça, evidencie e valorize as mulheres ribeirinhas, possibilitando a criação de estratégias voltadas para efetivação dos direitos, a fim de reforçar, evidenciar e reconhecer seu protagonismo.

Palavras-chave: Mulheres ribeirinhas. Protagonismo. Saúde. Trabalho.

## ABSTRACT

BATISTA, Amanda Maciel. *Ribeirinha Women: Leadership in the Remijo Community of the Municipality of Parintins (AM)*. 2025. 105 f. Dissertation (Master's in Public Health) – University of the State of Amazonas, Manaus, 2025.

This research aimed to understand the protagonism of Ribeirinha Women in the daily life of the Remijo Community, based on the understanding that protagonism is associated with recognition and active, constructive participation in society. To speak of protagonism is to recall feminist struggles; in this sense, we draw on Federici (2004), who highlights the movement of rural women and their emancipatory process in response to the “enclosure” and appropriation of land through the implementation of capitalism. The author presents a discussion on women’s struggle for recognition and the valorization of their labor activities. Some authors, such as Grimm, Estevam e Salvaro (2022), emphasize that rural communities are strongly shaped by agriculture and the sexual division of labor—characteristics that render women’s social participation invisible. This scenario also occurs in Ribeirinha communities, where it becomes necessary to consider their specificities: their particular modes of managing natural resources, their forms of social organization, and the recognition of the spaces where social identities, ways of life, culture, and ancestry are constructed and established. In this context, the present research sought to identify and describe the daily lives of Ribeirinha Women, highlighting their protagonism in both work and health-related activities. This is a qualitative social research conducted in the Remijo Community, located on the banks of the Uiaicurapá River, in the rural area of the municipality of Parintins. The protagonists of this study were women over 18 years of age who are permanent residents of the community. As a methodological strategy, two workshops and six semi-structured interviews were conducted with participants who signed the informed consent form. Data collection took place through fieldwork, which involved four river journeys to the community, each lasting three days. Research instruments included a semi-structured interview guide, a field diary, as well as photographic and audio recordings. After analyzing the collected data, three groups of indicators and one core of meaning were identified, organized into the following themes: “The way of life and daily routines of women in Remijo”; “Work in Ribeirinha daily life”; “Health practices”; and “The protagonism of women in Remijo.” The results indicate a clear protagonism in the daily activities of the women of Remijo, whose polyvalent labor makes their voices resonate within the community, where they are valued and recognized. However, this protagonism remains little disseminated in broader society. Therefore, this research sought to contribute to the expansion of studies in the Amazonian context, as well as to foster spaces of discussion that (re)acknowledge, highlight, and value Ribeirinha Women, thereby enabling the creation of strategies to guarantee their rights, and reinforcing, making visible, and recognizing their protagonism.

Keywords: Ribeirinha Women. Protagonism. Health. Work.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajeto fluvial de Parintins ao Remijo	27
Figura 2 - Imagem aérea da comunidade	28
Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Remijo	28
Figura 4 -Barcos na Comunidade Rurais do Uaicurapá	29
Figura 5 - Telefone Público (Orelhão)	30
Figura 6-Primeiro encontro com as mulheres da comunidade	34
Figura 7- Entrevista à beira rio	36
Figura 8- Entrevista na casa de farinha	37
Figura 9- Vista da chegada à comunidade	46
Figura 10 - Subindo o barranco	49
Figura 11- Cheia e seca	50
Figura 12 - Organização territorial do Remijo	53
Figura 13- Fazendo Farinha	56
Figura 14- Lavando roupas	60
Figura 15 - ACS em visita domiciliar	70
Figura 16- Canteiro de ervas na canoa	76
Figura 17 – Frases do painel construído pelas protagonistas da pesquisa	81

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Núcleo de significação e indicadores

39

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACS	Agente Comunitário de Saúde
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEP/UEA	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEP	Política Nacional de Educação Popular em Saúde
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UBSF	Unidade Básica de Saúde Fluvial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1 OBJETIVOS</b>	<b>24</b>
1.1 Geral	24
1.2 Específicos	24
<b>2 MÉTODO DE PESQUISA</b>	<b>25</b>
2.1 Desenho da Pesquisa	25
2.2 A Comunidade Remijo como campo de pesquisa	26
2.3 Mulheres ribeirinhas: as protagonistas da pesquisa	31
2.4 Riscos e benefícios	31
2.5 O cadenciar da pesquisa: instrumentos e métodos utilizados	32
2.6 Análise e interpretação	37
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>39</b>
<b>3.1 O modo de vida e o cotidiano das mulheres no Remijo: “aqui eu me sinto, é um lugar pra mim, que faz parte da minha vida”</b>	<b>40</b>
3.1.1 Identidade de lugar	41
3.1.2 Relação com a natureza e os eventos climáticos	42
3.1.3 História do lugar e a influência religiosa	46
3.1.4 As múltiplas atividades no cotidiano das mulheres: trabalho polivalente.	48
<b>3.2 O trabalho no cotidiano da vida ribeirinha: “Eu não tenho parado, eu faço tudo”</b>	<b>50</b>
<b>3.3 O processo saúde-doença e as práticas de saúde no Remijo</b>	<b>59</b>
3.3.1 Trabalho e saúde: a ACS como referência dos serviços de saúde disponíveis na comunidade.	60
3.3.2 As práticas tradicionais de saúde: “Eu vou fazendo o remédio, fazendo uma fricção, fazendo um chá, dando isso, dando aquilo...”	66
<b>3.4 O protagonismo das mulheres no Remijo: “Não se pode começar e nem decidir nada sem a mulherada”</b>	<b>71</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE A</b> – Anuência da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins	89
<b>APÊNDICE B</b> – Anuência da Associação Comunitária do Remijo	90

<b>APÊNDICE C</b> – Roteiro de Perguntas para a primeira Oficina	91
<b>APÊNDICE D</b> – Roteiro de Perguntas para a Segunda Oficina	92
<b>APÊNDICE E</b> – Roteiro de Perguntas para Entrevista Semi-estruturada	93
<b>ANEXO</b> - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Amazonas (CEP/UEA)	94

## INTRODUÇÃO

Falar sobre mulheres nos remete ao movimento feminista e a luta por reconhecimento de seus direitos e emancipação, baseado nas questões de gênero e no seu processo sócio-histórico, como uma forma de resistência e superação em busca de justiça social. As conquistas alcançadas pelas mulheres são reflexo de uma construção histórica, onde o papel assumido por elas passa por diferentes transformações enraizadas no patriarcado, na divisão sexual do trabalho, dentre outros aspectos que por muito tempo invisibilizou as mulheres dentro da sociedade.

Em 2019 a escritora e ensaísta Heloisa Buarque de Hollanda organizou uma coletânea de artigos sobre o movimento feminista percorrendo sua trajetória e expondo alguns conceitos fundamentais para essa discussão. Dentre esses conceitos, traz Fraser (2019) que faz uma reflexão sobre o movimento feminista a partir do que denomina como “capitalismo organizado pelo Estado” apontando para uma construção social centralizada no poder estatal, com foco na economia capitalista, que coloca em evidência a figura masculina em detrimento da feminina, e impõe um sistema que gera desigualdade e injustiça social por meio da divisão sexual do trabalho.

Ainda na coletânea de Hollanda (2019) encontra-se Scott (1995), que apresenta uma visão ampliada sobre gênero ao afirmar que o termo não possui uma única significação ou definição, mas é revestido de história e constructos sociais que foram associados à luta das mulheres e muito difundido para “se referir à organização social da relação entre os sexos” (Scott, 1995, p. 72).

Fraser (2019) aponta também que, para romper com o imaginário restritivo e economicista do capitalismo organizado pelo Estado, em busca da expansão do significado de justiça, o feminismo se une a outros movimentos emancipatórios fazendo surgir o que se denomina interseccionalidade de gênero. Ou seja, a discussão de gênero, que girava em torno da determinação de papéis entre os sexos, tornou-se mais ampla, abrangendo questões como sexualidade, classe social, raça etc. A trajetória de luta das mulheres é um processo difícil, lento e estreito, pela mudança de um destino que foi traçado pelo patriarcado. Uma trajetória que não aconteceu de forma linear e em direção ao progresso, mas com relação à construção social e política, e aos direitos humanos enquanto conquistas históricas.

Assim, é válido destacar alguns marcos importantes nessa trajetória de luta e conquistas das mulheres como o direito ao voto, o acesso à educação, ao mercado de trabalho, ao divórcio,

aos métodos anticoncepcionais, entre outros. As conferências mundiais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), também constituem marcos importantes nesse processo, proporcionando a criação de espaços de diálogos que ampliam a visibilidade da temática e a conscientização sobre a situação de discriminação e inferioridade das mulheres em várias esferas da vida social, em quase todos os países. A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, foi um desses marcos na história de luta das mulheres, pois reuniu um número significativo de participantes, propiciou avanços conceituais e programáticos, além da influência na promoção da situação da mulher que continua até os dias atuais (Pequim, 1995).

O Brasil participou ativamente da Conferência de Pequim desenvolvendo um diálogo intenso entre o Governo e a sociedade civil, o que proporcionou uma forte articulação com o movimento de mulheres, tornando-se um elemento essencial para a formulação de políticas públicas no país, incorporando a perspectiva de gênero de maneira transversal.

Pitanguy (2019), baseada em uma análise de Hannah Arendt, destaca que “a importância da ação política (práxis) na construção de um conceito dinâmico de cidadania poderia ser utilizada para descrever a ação política do feminismo como um ator social no cenário do Brasil”. Ou seja, podemos dizer que a luta feminina em busca de justiça social está atrelada ao reconhecimento de sua cidadania, levando em consideração a construção sócio-histórica atrelada à luta de classe, divisão sexual do trabalho, tornando-se um ato político pela sua emancipação.

Nessa busca por emancipação o movimento feminista procura enfatizar o protagonismo das mulheres na construção sócio-histórica da sociedade. Aqui toma-se o protagonismo partindo de uma análise semântica da palavra, que vem do grego “Proto” que quer dizer o primeiro, o principal e “Agonista”, que significa lutador, ou seja, “lutador principal”. O protagonismo era usado nos teatros gregos e foi adotado pela dramaturgia para designar os atores principais que conduzem a trama. Partindo dessa análise etimológica Costa (2007) e Volkweiss *et al.* (2019) desenvolveram estudos sobre o protagonismo juvenil e associam o termo à participação, para sair da denotação de singularidade e assumir uma abordagem mais democrática sobre a ação social. Assim, também associamos ao protagonismo das mulheres na busca por emancipação, onde elas são os personagens principais participando de forma ativa e construtiva da comunidade na qual estão inseridas.

Diante disso, incluem-se nessa discussão reflexões sobre mulheres e gênero em contextos rurais. No cenário brasileiro, a visibilidade das mulheres rurais ganha força a partir da década de 1980, quando ocorreu um investimento em pesquisas e formação de pesquisadores

para atuar em contextos rurais adotando as perspectivas de gênero em seus trabalhos (Cordeiro e Scott, 2007). A ampla discussão sobre os direitos das mulheres rurais agregou conquistas como a implementação da aposentadoria rural.

Apesar de ter raízes na legislação previdenciária, Lei Eloy Chaves em 1923, a primeira medida no sentido da inclusão do trabalhador rural entre os beneficiários da previdência social ocorreu em 1945, passando por inúmeras transformações, sendo instituído novos parâmetros de acesso igualitário na Constituição de 1988, como: idade do benefício aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, piso de benefício igual a um salário mínimo, além universalizar o benefício para toda a população rural. Contudo, essas alterações foram implementadas apenas em 1991 com a Lei 8.213 (Beltrão, Oliveira e Pinheiro, 2000).

Ao falar da luta das mulheres rurais é indispensável citar Margarida Maria Alves, uma agricultora familiar, líder camponesa e sindicalista que se destacou como liderança e influente no estado da Paraíba ao lutar no campo brasileiro pelos direitos e conquistas das mulheres rurais como carteira de trabalho assinada, jornada de oito horas, férias e 13º salário. Sua luta se destaca contra a violência no campo e pela reforma agrária.

Margarida foi assassinada em 1983 e sua história de luta inspirou a criação do movimento social Marcha das Margaridas, que ocorreu pela primeira vez em 2000 e tornou-se uma ação nacional, apoiada por diferentes organizações da sociedade civil, realizada a cada quatro anos, consolidando-se como a maior mobilização de mulheres rurais do país (Aguiar, 2016; Kuhnen, 2020).

A partir de então, cada vez mais as discussões sobre as mulheres rurais foram ganhando destaque nos mais diversos campos da sociedade. No âmbito político enfatiza-se a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que em 2010, durante o governo Dilma, tornou-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que teve uma importância simbólica e muito significativa ao demonstrar o compromisso na busca da diminuição das desigualdades de gênero, além de ser considerado um ato de reconhecimento da necessidade da participação política das mulheres enquanto fator fundamental para a democracia (Brasil, 2011). Entretanto, em 2016 após mudanças no cenário político brasileiro, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a instauração do governo interino de Temer, o ministério foi extinto, fragilizando os direitos das mulheres.

Nesse período os dados do PNAD (2015), IBGE (2017) e Censo Agropecuário (2017) apontam que a população rural é majoritariamente feminina, representando 47,5% da população brasileira, além disso cerca de 20% dos empreendimentos rurais são dirigidos por mulheres o que demonstra a participação ativa das mulheres na produção agrícola.

Contudo, apesar do aumento da participação feminina na agricultura as mulheres rurais são as que sofrem mais situações de desigualdade social, política, econômica e de saúde. Estas desigualdades se manifestam em relação à questão do acesso à terra, onde apenas 30% das mulheres rurais são donas formais de suas terras, o que tem implicações profundas na segurança de posse e na capacidade de tomar decisões relacionadas à produção agrícola. Outro desafio significativo é o acesso a crédito, onde apenas 10% das mulheres rurais conseguem acessar este recurso que é fundamental para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e rurais; além de dificuldades à assistência técnica, que desempenha um papel crucial no aprimoramento da produtividade e na adoção de práticas sustentáveis, sendo acessada por apenas 5% das mulheres rurais (ONU, 2017; Nascimento *et al.*, 2025).

Uma das conquistas mais recente voltada para as mulheres rurais, visando a superação das desigualdades, é o Decreto nº 11.641, de 16 de agosto de 2023 que instituiu o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais o qual tem como objetivo garantir o acesso à documentação civil básica, à titulação conjunta da terra e ao território ocupado às mulheres rurais, compreendidas como mulheres do campo, das florestas e das águas, para que possam viver com dignidade, assegurados os seus direitos civis, políticos e sociais (Brasil, 2023).

Diante desse processo sócio-histórico nos apropriamos da teoria feminista de Federici (2017) para destacar o processo emancipatório das mulheres rurais a partir da importância do movimento das mulheres no “cercamento” e apropriação de terras que ocorreu nas comunidades rurais a partir da implementação do capitalismo, que enfatiza os movimentos feministas de resistência e luta pelas terras apropriadas, resultando na eliminação de muitas comunidades.

Assim, as mulheres assumiam, predominante e unicamente, as atividades domésticas enquanto os homens desenvolviam a agricultura para a geração de renda e subsistência da família. Com a economia agrária ganhando destaque o sistema capitalista se apropriou das terras em áreas rurais, diante desse ato e vendo-se em situação de injustiça as mulheres iniciaram movimentos em busca da defesa de suas terras, famílias e seus direitos (Federici, 2004).

Ainda na contemporaneidade as comunidades rurais são pautadas na agricultura com forte raízes na divisão sexual do trabalho, ou seja, cabe ao homem as atividades de manutenção, sustento e subsistência através do manejo da agricultura, enquanto as mulheres são direcionadas as tarefas predominantemente domésticas que as levam à invisibilidade. Autores como Fachine (2008), Sadala e Brasileiro (2017), Borzone e Almeida (2019), Pastorio e Roesler (2019), Meus e Ethur (2021) e Grimm, Estevam e Salvaro (2022) abordam essas características das comunidades e povos rurais, onde há prevalência da agricultura.

Esses autores trazem à tona a relação das mulheres com o meio ambiente, levando em consideração o patriarcado, a submissão, o trabalho reprodutivo e as tarefas do cuidado com a terra. Nessa perspectiva aponta-se a teoria ecofeminista, onde a exploração da natureza se assemelha a exploração das mulheres, por isso buscam incluir nas pautas feministas as discussões sobre ecologia (Kuhnen, 2020).

Ferreira (2022) destaca que o ecofeminismo apresenta muitas vertentes ao se considerar a diversidade de perspectivas sobre o cuidado da natureza, diante disso é considerado por Janis Birkland como “um sistema de valores, um movimento social e uma prática, mas também oferece uma análise política que explora as relações entre o androcentrismo e a destruição ambiental” (Ferreira, 2022, p. 41). Dentre as vertentes do ecofeminismo destaca-se a de Vandana Shiva, uma das propulsoras do movimento na contemporaneidade, que ressalta a existência de uma guerra contra o meio ambiente, que é perpetuada pelo processo de globalização financeira e extrativista. Na perspectiva da autora “a natureza deixou de ser vista como fonte da qual se irradiam as condições vitais da existência, passando a ser identificada meramente como paisagem ou recurso que viabiliza a obtenção de lucros” (Moraes, 2020, p.110).

Destaca-se o movimento ecofeminista, pois falar de mulheres rurais torna-se indissociável de sua relação com o ambiente no qual a mesma está inserida, além de estar intrinsecamente relacionada a luta das mulheres na busca por emancipação, reconhecimento e efetivação de seus direitos.

Ressalta-se ainda, que quando falamos de meio ambiente, incluímos nessa discussão uma vasta diversidade de cenários incluindo tanto a natureza que compõe esse ambiente, quando o povo que ali habita, como as comunidades amazônicas. A Amazônia é composta por uma população com características peculiares que está intrinsecamente ligada ao modo de vida, produção e reprodução social, bem como sua organização.

Lira e Chaves (2016) destacam algumas características importantes a serem consideradas na reflexão sobre as comunidades rurais da Amazônia. As autoras enfatizam os fatores naturais (geografia, hidrografia, fauna, flora), bem como os político-econômicos que compõe e estruturam as comunidades. Todos esses fatores, conceitos e características se apresentam em um modo particular da gestão dos recursos naturais e de organização social das comunidades, tornando-se um espaço onde se constrói e se estabelecem as identidades sociais, modos de vida específicos, cultura, dentre outros aspectos.

Soares *et al.* (2021) apresenta a Amazônia e suas particularidades relacionadas as dimensões do tempo, dos encontros interculturais, das transformações dos territórios, das

condições tecnológicas e do cadenciamento da vida, um território que entrelaça terra, floresta, água e pessoas, com modos próprios de fazer e de compreender a vida, ou seja, a população rural da Amazônia possui características arraigadas ao ambiente em que se inserem.

Nessa relação de ambiente e população, colocamos em ênfase que a Amazônia é um território regido pelo fluxo das águas e das pessoas que vão se modificando a cada enchente ou vazante (termos utilizados para identificar os períodos das chuvas e da seca na região). Por essas características e por sua vastidão aquática, é válido destacar que a população que habita os leitos dos rios da Amazônia, e seguem seu fluxo, são denominados de ribeirinhos. Contudo, caracterizar os povos ribeirinhos, não se limita a essa forte relação com o território, com a floresta e, sobretudo as águas, para além disso está relacionado ao seu modo de viver, sua vida econômica, social e cultural.

O ribeirinho, está associado à população que vive às margens de rios e lagos do interior, bem como é uma categoria social e política, refere-se as pessoas que vivem em comunidades ou até mesmo agricultores. Contudo, por mais que seja um termo usado de forma generalizada, é impossível reduzir o ribeirinho a partir de uma definição abstrata, pois há uma diversidade de povos ribeirinhos na Amazônia, sem uma “delimitação espacial que os defina, cada um grupo apresenta uma complexidade muito particular que os diferencia entre si, mesmo apresentando elementos em comum” (Schweickardt *et al.*, 2021, p.15).

Assim, esta pesquisa buscou compreender o cotidiano das mulheres ribeirinhas associando à sua emancipação, evidenciando seu protagonismo nos processos de trabalho e saúde, visto que estas categorias em específico possuem relação com cotidiano, como afirmam Nina e Moraes (2018) ao destacarem o papel central do trabalho na vida humana vinculado ao cuidado em saúde.

O trabalho está relacionado a construção identitária do ser humano e ao ambiente em que está inserido e onde executa suas atividades. O ambiente de trabalho pode apresentar um cenário de hostilidades no que se refere as patologias que podem afligir as trabalhadoras em virtude da densidade e estrutura desse trabalho, dificuldades e patologias que muitas vezes são naturalizadas e invisibilizadas sejam pela falta de mapeamento por meio dos sistemas de saúde e até mesmo pelas próprias trabalhadoras. Em sua pesquisa Nina e Moraes (2018) destacam algumas das patologias referidas por trabalhadoras rurais da região amazônica, tais como:

sobrecarga de trabalho, dores nos membros superiores e inferiores e dores nas costas; os mesmos podem desencadear quadros de Lesões por Esforços Repetitivos/ Doenças Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - LER/DORT. Estresse, exposição à radiação solar e calor por longos períodos e exposição a ruídos, que pode desencadear

Perda Auditiva Induzida por Ruído-PAIR. Destacam-se, ainda, os riscos relacionados à exposição crônica a agrotóxicos (Nina e Moraes, 2018, p. 165).

Contudo, vale destacar que a relação trabalho e saúde, ultrapassa a concepção de saúde associada a doença, mas possui relações com os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais que definem as condições de vida e de saúde. Nesta pesquisa buscou-se destacar o trabalho e a saúde das mulheres colocando em evidência a busca por emancipação e o protagonismo da mulher ribeirinha na Amazônia, no seu cotidiano e suas relações dentro da organização social da Comunidade Remijo. Para isso, embarcou-se no cotidiano das mulheres ribeirinhas do Remijo, singrando o Rio Uaicurapá a fim de conhecer seus modos de vida, identificando e descrevendo suas atividades cotidianas e seu protagonismo.

A escolha da comunidade partiu de motivações pessoais, enraizadas nos parentescos familiares, tendo em vista que há pessoas da família que foram ou ainda são residentes do Remijo. Os quais sempre compartilharam suas experiências, histórias e vivências, muitas vezes evidenciando as mulheres. Assim, sendo natural de Parintins e reconhecendo-me como mulher ribeirinha, assistente social e pesquisadora, me instiga a conhecer o cotidiano das mulheres do Remijo e seu protagonismo.

Embarcar no cotidiano da mulher ribeirinha possibilitou conhecer suas particularidades, suas vivências e histórias, identificando seu processo emancipatório, através das atividades que realizam, e destacando seus protagonismos na comunidade. Esse cotidiano perpassa as questões de saúde, trabalho e sociais, interligadas ao modo de vida dessas mulheres. É inegável que estas questões são parte integrante da pesquisa em saúde coletiva dentro da área de pesquisa social, visto que busca compreender de maneira mais aprofundada os fenômenos da vida coletiva.

Ressalta-se que a temática ribeirinha ainda é recente nas produções acadêmicas, o que destaca a importância deste trabalho. Nas plataformas de busca, este termo é pouco utilizado, o que se tornou um obstáculo na construção do nosso referencial teórico. Entretanto, é a partir de pesquisas como esta que se abre espaço para novas pesquisas e para dar mais robustez a temática no cenário acadêmico, social e político.

Esta dissertação se organiza de maneira a abordar o protagonismo das mulheres ribeirinhas a partir de duas categorias-chave que permeiam seu cotidiano: trabalho e saúde. Inicialmente, estão dispostos no texto os objetivos e procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa e as categorias de análise utilizadas. Na sequência o texto se estrutura em quatro tópicos de discussão: o primeiro aborda modo de vida e o cotidiano das mulheres no Remijo; o segundo o

trabalho no cotidiano da vida ribeirinha; o terceiro apresenta o processo saúde-doença e as práticas de saúde no Remijo; e o último tópico discute sobre o protagonismo das mulheres no Remijo. Após a discussão discorrem-se considerações finais a respeito da pesquisa.

Essa estrutura possibilita uma leitura crítica e aprofundada dos modos como o protagonismo feminino se apresenta no cotidiano das mulheres ribeirinhas, evidenciando sua centralidade no trabalho e na saúde. Para além disso, essa pesquisa permitiu a ampliação da discussão sobre a temática abordada, contribuindo para o desenvolvimento local e para a produção de conhecimento.

## **1 OBJETIVOS**

### **1.1 Geral:**

Compreender o protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da Comunidade Remíjo.

### **1.2 Específicos:**

- Identificar as mulheres e seu cotidiano na comunidade Remígio;
- Descrever as atividades desenvolvidas pelas mulheres sob a perspectiva do protagonismo;
- Relacionar o protagonismo das mulheres na comunidade com as categorias trabalho e saúde no seu cotidiano, sob a perspectiva das mulheres.

## **2 MÉTODO DE PESQUISA**

### **2.1 Desenho da Pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa social de abordagem qualitativa baseada em uma visão crítica, buscando aproximar-se do desvelamento da realidade levando em consideração a historicidade da sociedade e sua constante transformação. A pesquisa qualitativa “envolve o ser humano e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambiente”, é um trabalho que envolve “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (Minayo, 2010, p.15). Nesse sentido, Yin (2016) pondera sobre as múltiplas possibilidades de aplicação da pesquisa qualitativa, afirmando que permitem a realização de estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de tópicos, incluindo termos simples e cotidianos.

Da mesma maneira, Hortale (2010) define a pesquisa social, como a busca pela compreensão de forma abrangente e mais acurada os fenômenos da vida coletiva. Assim, levando em consideração que a saúde coletiva é um campo científico marcado pela multiplicidade de objetos nas mais diversas áreas, torna-se, portanto, uma área de pesquisa social, pois a saúde e as questões sociais são indissociáveis e realizar pesquisas no campo da saúde coletiva possui total relação com os contextos e relações estabelecidas individual e coletivamente onde os indivíduos e as políticas e práticas sociais estão inseridas.

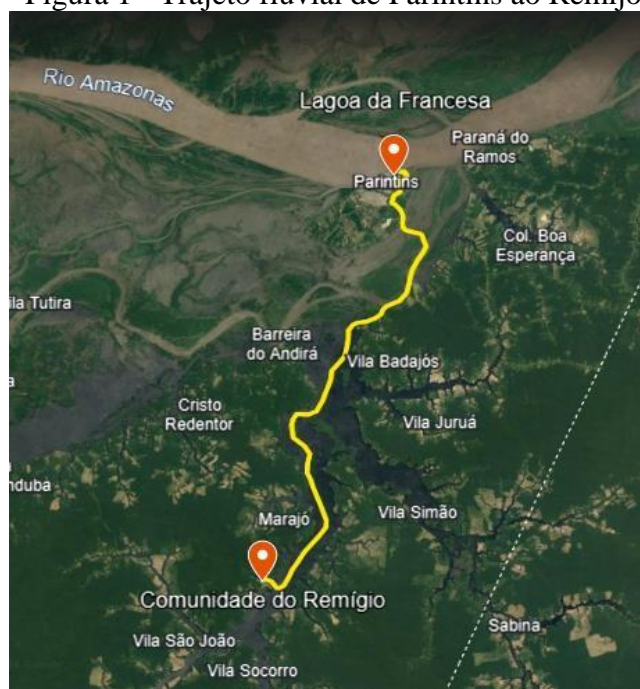
Assim, partimos de uma análise crítica da realidade a fim de compreender as vivências dos envolvidos na pesquisa por meio de suas experiências, assumindo um caráter exploratório e descritivo com enfoque analítico do cotidiano das mulheres e seus significados, inseridos em um contexto histórico e social, a partir de uma perspectiva dialética, enquanto pressupostos da abordagem qualitativa (Minayo, 2010).

Realizamos um estudo bibliográfico para embasar teoricamente a pesquisa garantindo assim sua validação e sustentabilidade, além de auxiliar no aprofundamento da análise dos dados obtidos na pesquisa de campo (Godoy, 1995). Para Minayo (2012) é necessário realizar análise de fontes de pesquisas que embasem o objeto de pesquisa e o validem enquanto um construto científico. É importante investir em conhecimentos que possibilitem a escolha de um

marco teórico, assim foi construído o desta pesquisa, a partir do qual foram definidos os conceitos e categorias a abordados na pesquisa.

## 2.2 A Comunidade Remijo como campo de pesquisa

Figura 1 - Trajeto fluvial de Parintins ao Remijo



Fonte: Google Maps

O campo onde foi desenvolvido a pesquisa, trata-se de uma comunidade rural do município de Parintins, no estado do Amazonas. Parintins é um município localizado na região do Baixo Amazonas, a aproximadamente 369km da capital, possui 96.372 habitantes, sendo 68% residentes na zona urbana e 32% na zona rural (IBGE, 2023).

Apesar de ser uma ilha, por conta do formato de seu território, a extensão territorial do município abarca diversos conjuntos de terras que compõe as comunidades rurais. Parintins possui cento e quinze comunidades rurais, distribuídas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes próximos ao município. As comunidades são localizadas em áreas de várzea e terra-firme, próximas ou distantes da área urbana (Soares *et al.*, 2020). Dentre estas comunidades, a pesquisa foi realizada na Comunidade Remijo, localizada às margens do Rio Uaicurapá, a aproximadamente 40km, que corresponde a quatro horas de viagem de barco, aproximadamente, da sede do município. A comunidade é constituída por aproximadamente 34

famílias, nesta pesquisa destacamos as mulheres que compõem essas famílias. (SEMSA, 2023). A figura 1 mostra o trajeto de barco, saindo da zona urbana de Parintins até o Remijo.

Figura 2 - Imagem aérea da comunidade



Fonte: Google Maps

No que diz respeito à disposição territorial a comunidade possui uma forma centralizada, como é possível visualizar na Figura 2, com a construção da igreja no centro do território e as residências construídas em seu entorno. A comunidade tem predominância na religião católica tendo como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a qual tem suas festividades realizada no final do mês de setembro e conta com a participação das comunidades próximas e de fiéis que se deslocam da sede do município. As atividades festivas além de uma manifestação cultural e religiosa, são uma fonte de renda, para todos da comunidade.

Figura 3 - Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Remijo



Fonte: Própria autora (2024)

Além da igreja a comunidade também possui um campo direcionado à práticas de esportes, um salão social (o qual atualmente está em processo de reforma e ampliação)

geralmente utilizado para atividades sociais, e uma escola municipal de ensino infantil, com uma turma de multietapas, onde crianças de idades e séries diferentes estudam em conjunto sob a orientação de uma professora, membro da comunidade vinculada à com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de Parintins.

Assim como para todas as comunidades rurais do município, a chegada até o Remijo se dá apenas via fluvial. Alguns comunitários possuem transporte próprio (pequenas embarcações, canoas/cascos, rabetas) e contam também como alguns “motor de linha”, embarcações que passam em frente as comunidades da região e transportam passageiros até o município. Estas embarcações são de cunho privado, portanto é necessária a compra de passagem. Elas fazem o trajeto de ida/volta duas vezes na semana, sendo as sextas e domingos.

A entrada no campo de pesquisa foi via barco de linha, saímos de Parintins em uma viagem com aproximadamente quatro horas de duração. Para o desembarque o barco reduz a velocidade no “meio do rio” e embarcamos em uma voadeira<sup>1</sup> que nos leva até no porto da comunidade. Como o motor de linha realiza parada em várias comunidades, torna-se mais fácil e rápido o desembarque pela voadeira, levando em consideração o tempo de viagem para as demais comunidades, principalmente na época da vazante, onde o acesso a comunidade fica restrito ao acesso das embarcações. Em épocas de cheia é mais comum que o motor de linha chegue até o porto da comunidade.

Figura 4 -Barcos na Comunidade Rurais do Uaicurapá



Fonte: Própria autora (2024)

O fornecimento de energia da comunidade é realizado por meio do programa do governo federal “Luz para todos”, contudo os eventos naturais, como as fortes chuvas e ventanias,

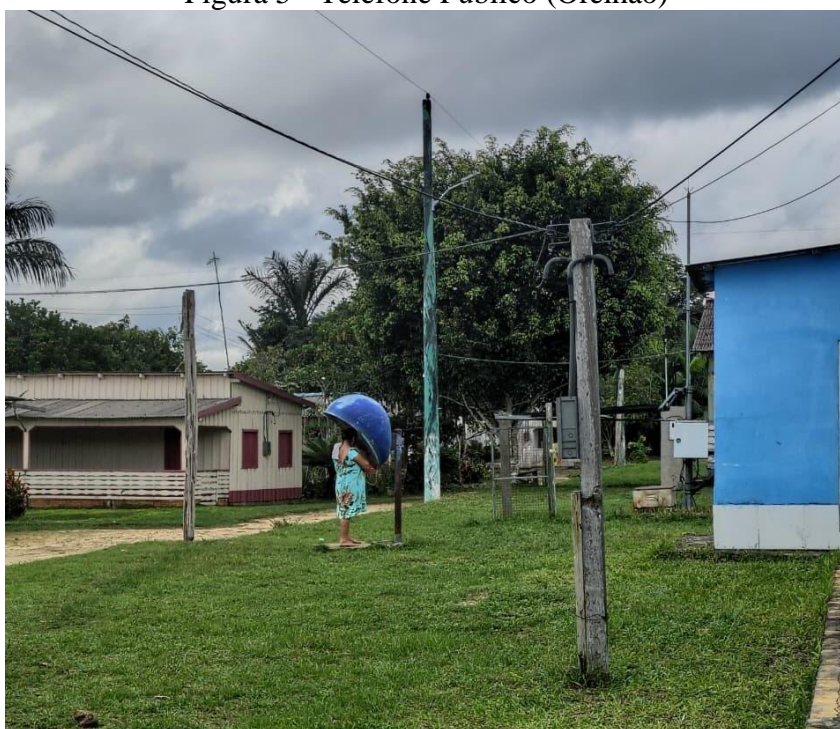
---

<sup>1</sup> É um tipo de embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal, geralmente alumínio, a maioria composta com motor de popa.

muitas vezes ocasionam acidentes como a queda de postes que prejudicam fiação e consequentemente interrompem o fornecimento de energia. Nesses casos os próprios comunitários adentram à mata até o lugar onde ficam localizados os postes para verificar o corrido e buscam meios para contatar a empresa responsável pelo fornecimento e solucionar o problema. Já houve situações em que a comunidade ficou mais de 15 dias sem energia, utilizando apenas o motor gerador a base de diesel, para emergências. O fornecimento de água também depende de energia para o funcionamento da bomba d'água que extrai a água do poço e distribui para a caixa d'água e as residências.

É válido destacar que a comunidade não possui acesso a internet, conta apenas com um telefone público comunitário, popularmente conhecido como orelhão o qual é muito bem cuidado e conservado por todos os comunitários, cuidado esse que reflete o modo de vida na comunidade, por ser um bem de uso comum e de grande importância e relevância todos zelam por ele, respeitam o tempo de ligação de quem está utilizando. Quando orelhão recebe ligação, pode ser atendido por qualquer comunitário que será ir a chamar a pessoa para quem a ligação for direcionada.

Figura 5 - Telefone Público (Orelhão)



**Fonte:** Própria autora (2024)

Além do orelhão alguns comunitários possuem telefone móvel (celular) que geralmente é utilizado por eles quando estão na cidade. Havia também um telefone rural que era utilizado pela agente comunitária de saúde para contato com o município quando necessário, porém após a instalação das antenas digitais o sinal analógico utilizado pelo telefone rural foi interrompido.

Em relação à saúde a comunidade conta com uma agente comunitária de saúde que faz o acompanhamento das famílias e em casos de urgências e emergências contam com uma “ambulancha” (veículo característico de regiões ribeirinhas, responsável pelo transporte de pacientes até o hospital localizado na sede do município de Parintins) de uma comunidade próxima, assim como a atendimento da unidade básica de saúde de outra comunidade, todos ligados à Secretaria Municipal de Saúde de Parintins (SEMSA). A comunidade recebe ainda, a cada 30 dias, aproximadamente, a visita de uma Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) denominada como Unidade Móvel de Saúde “Ligia Loyola”. Além desses serviços, não podemos deixar de citar as práticas tradicionais de saúde, muito utilizadas pelos comunitários, como os usos de chá, ervas, benzedeiros, puxadeiras e rezadeiras.

A organização da comunidade é feita por meio de um presidente que juntamente com os demais comunitários realiza a gestão da comunidade. É responsabilidade do presidente a organização das atividades realizadas na comunidade, levar as demandas da comunidade para os serviços públicos da prefeitura de Parintins, bem como a mobilização pela garantia dos direitos dos comunitários de forma coletiva. O presidente acaba sendo um porta-voz da comunidade, alguém que auxilia na organização, porém as decisões são tomadas em conjunto por meio de reuniões, onde todos os comunitários são convocados a participar.

Assim como na maioria das comunidades rurais, as principais atividades realizadas pelos comunitários do Remijo destaca-se a agricultura como principal fonte de renda e subsistência, sendo assumida majoritariamente pelos homens. Destacamos que as mulheres também realizam atividades de plantio e colheita, porém em sua maioria desenvolvem atividades domésticas, cuidam de pequenas plantações em torno dos domicílios e em conjuntos com os homens realizam as atividades pós-colheita, que inclui a preparação para a comercialização dos produtos na sede do município, bem como para a subsistência das famílias. A comunidade possuía uma Associação de Agricultores, contudo foi desativada.

As características da comunidade apontam para o conceito de comunidade tradicional. De acordo como o Decreto n. 6040, de 07 de fevereiro de 2007, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, são considerados povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, possuindo suas formas próprias de organização social, ocupando e usando os territórios e seus recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, além de utilizar conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Assim, podemos afirmar que, os povos ribeirinhos fazem parte das comunidades tradicionais, pois carregam essas características (Lira e Chaves, 2015).

### **2.3 Mulheres ribeirinhas: as protagonistas da pesquisa**

As mulheres ribeirinhas do Remijo são as protagonistas desta pesquisa, aquelas que assumem o papel de destaque. Foram incluídas todas com idade igual ou superior a 18 anos que possuem residência fixa na comunidade. Durante a realização da pesquisa percebemos que muitas delas nasceram na comunidade, saíram em busca de estudos, mas retornaram e ali permanecem, outras sempre residiram na comunidade. Além das que se deslocaram de comunidades próximas e/ou de outros municípios, dentre elas as que são servidoras do município e criaram vínculo com a comunidade e ali constituíram família.

As participantes das oficinas e das entrevistas se encaixaram em todos os critérios estabelecidos para a inclusão na pesquisa, sendo mulheres com residência fixa na comunidade com período igual ou superior há um ano, com capacidade responsiva a todas as atividades propostas e participação integral nos encontros.

É importante ressaltar que o protagonismo das mulheres na comunidade foi se evidenciando durante todo o processo para a execução das atividades, os gestos, atitudes, falas e o modo de organização delas durante a realização dos encontros demonstraram seu protagonismo. Desde a atitude de tocar o sino da igreja para avisar que as atividades iriam iniciar, como seu envolvimento e direcionamento para que houvesse iluminação no local durante a ausência de energia elétrica. Nos resultados da pesquisa apresentamos mais detalhes destas protagonistas.

### **2.4 Riscos e benefícios**

Em relação aos riscos e benefícios dessa pesquisa todos os requisitos éticos foram cumpridos, de forma que as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando a utilização das informações por elas repassadas tanto durante as oficinas, como nas entrevistas individuais. Por ser uma comunidade com características tradicionais, onde os comunitários estabelecem uma relação de vínculo entre si, as participantes sentiram-se bastante à vontade quanto a utilização de sua imagem e permitiram sua

identificação nominal na pesquisa. Assim, além das falas e imagens utilizadas para a construção desse trabalho, elas relataram que não havia problema em serem identificadas por seus nomes, já que todas ali se conhecem, e entendem a pesquisa como um espaço de manifestação e divulgação de suas “vozes”.

Contudo, para não descumprir nenhum quesito ético, e reforçar o protagonismo das mulheres do Remijo, optamos que a identificação de cada uma das entrevistadas fosse representada com uma letra que compõe o nome da comunidade, simbolizando que elas são construtoras do Remijo.

Destacamos que o risco relacionado a dificuldade de acesso à comunidade foi superado, estivemos na comunidade tanto no período da cheia como da vazante do rio, porém nada ocorreu que pudesse impossibilitar nosso deslocamento até lá.

Quanto aos riscos de possíveis danos na dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual, assim como desconfortos e/ou constrangimentos no decorrer do processo ou dele decorrente, nenhuma situação ocorreu que pudesse fugir do controle, não sendo necessária a intervenção externa de nenhum outro profissional.

A pesquisa contou com anuência (Apêndice A) da Secretaria Municipal de Saúde do município e do presidente da comunidade (Apêndice B), e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Amazonas (CEP/UEA) em consonância com a Resolução CNS/ MS nº 466/ 2012 e Resolução CNS/ MS nº 510/ 2016 (Anexo A).

## **2.5 O cadenciar da pesquisa: instrumentos e métodos utilizados**

A pesquisa na Amazônia tem suas peculiaridades e falar do percurso para seu desenvolvimento é de suma importância. O tempo e a distância são medidos de formas diferentes, não há estradas de terra, mas sim rios que nos levam ao destino desejado. Dessa maneira, para chegarmos ao Remijo é preciso planejar desde as questões financeiras, até a alimentação, pois pagasse as passagens e deve-se levar alimentação para os dias de permanência na comunidade, onde geralmente se partilha os alimentos. Durante a viagem é comum encontrar pescadores pelo caminho, assim é possível comprar peixes para a alimentação.

Assim, partimos de Manaus até Parintins, em uma viagem de barco, navegando do Rio Negro ao Rio Amazonas por aproximadamente 20h. Chegando em Parintins pegamos outra embarcação que nos leva até a Comunidade Remijo, agora viajando do Rio Amazonas ao Rio

Uaicurapá por aproximadamente 4h. A chegada até a comunidade alterna de acordo com o período do ano, na época de cheia os barcos nos levam até a comunidade, na seca nem todos chegam até o porto sendo necessário desembarcar em uma voadeira que nos leva até lá, e sendo uma seca intensa ainda é necessário uma caminhada, que pode levar de 5 minutos a 1 hora de duração.

Foi assim, singrando o Rio Uaicurapá, que adentramos ao campo de pesquisa, realizando 2 visitas à comunidade, que tiveram a duração de 3 dias cada, com o intuito de observar e conhecer a dinâmica, o tempo e o cadenciar da vida no Remijo. Para isso o primeiro contato teve como objetivo estabelecer vínculos, que possibilitaram a realização da pesquisa. Conversamos com o presidente da comunidade e com a agente comunitária de saúde, pessoas que foram nossa porta de entrada e nos repassaram as informações iniciais necessárias para a execução das atividades propostas, bem como a assinatura da anuência para pesquisa. A agente comunitária de saúde foi fundamental durante todo esse processo, por meio dela foi possível realizar cada etapa. Ela intermediou o contato com o presidente da comunidade, foi de casa em casa convidando as mulheres para participarem, não mediu esforços para auxiliar em tudo.

Posteriormente foram realizadas 3 viagens, também com permanência de 3 dias cada e fazendo todo o percurso para chegar na comunidade e desenvolver as atividades. Na primeira ida foi feita uma reunião com as mulheres dentro da igreja, onde, após a celebração religiosa, houve a apresentação da pesquisadora, e o convite para as mulheres conhecerem o projeto, seus objetivos e atividades propostas. Durante a reunião lemos detalhadamente o TCLE, bem como, em conjunto com todas as mulheres, marcamos a data para a realização das oficinas. Nessa primeira reunião participaram aproximadamente 24 mulheres.

Figura 6-Primeiro encontro com as mulheres da comunidade



Fonte: Própria autora (2024)

No dia agendado retornamos ao Remijo, juntamente com a orientadora da pesquisa que acompanhou a realização das atividades e percorreu os rios para chegarmos até a comunidade. Permanecemos no Remijo por 2 dias na residência de uma das comunitárias, aonde fomos super bem acolhidas e pudemos ter acesso a muitas informações sobre a história da comunidade, por meio de conversas informais.

Minutos antes do horário acordado com as mulheres nos dirigimos até a área externa da escola, onde iria acontecer as atividades, para que pudéssemos organizar tudo e aguardar as mulheres para o encontro, as quais foram chegando aos poucos, após uma das comunitárias tocar o sino da igreja como um sinal de chamada. Com a presença de 12 mulheres, iniciamos a oficina.

No primeiro dia a energia elétrica não estava funcionando, assim foi necessário utilizar o motor gerador que a comunidade possui, pois o problema com a distribuição não foi solucionado a tempo da realização das atividades propostas. Sob a orientação de algumas das comunitárias, solicitamos auxílio de alguns homens para que fosse providenciada iluminação no local.

A energia elétrica conseguiu ser normalizada no dia seguinte a tempo da realização do segundo e último encontro. Nesse dia também houve falha na distribuição de água. Contudo, também foi solucionada a tempo da realização da atividade, o que não afetou o desenvolvimento da pesquisa. O segundo encontro contou com todas as mulheres que participaram no dia anterior.

A oficina como estratégia de pesquisa, é um espaço crítico que permite a visibilidade de argumentos, posições e contradições. Segundo Spink *et al.* (2014) as oficinas são espaços de grande potencial para reflexão em grupo, promovendo o exercício ético e político por meio das trocas simbólicas que potencializam a discussão da temática proposta. Dessa forma, utilizamos as oficinas com o intuito de conhecer e construir sentidos relacionados a história da comunidade, o cotidiano e os processos de trabalho e saúde das mulheres ribeirinhas do Remijo.

A proposta das oficinas foi construir um Mural composto por palavras e/ou ilustrações que, de acordo com as participantes, estavam relacionadas as suas vivências na comunidade. Para que todas pudessem ficar mais à vontade sugerimos que se apresentassem de uma maneira de deferente. Utilizando uma bola que em meio a conversa ia passando de mão em mão, ao ouvir o comando de “para” quem estava com a bola nas mãos responderia uma das seguintes perguntas que estavam escritas na bola:

1. Qual a sua cor preferida?
2. Qual a sua comida preferida?

3. Quanto tempo você mora na comunidade?
4. O que você gosta de fazer?
5. Se você fosse um animal qual seria? por quê?
6. Qual seu maior desejo?
7. Qual seu maior medo?

Essa atividade foi fundamental para que todas interagissem e ficassem confortáveis, além de auxiliar na introdução da temática a ser abordada.

Na primeira oficina discutimos sobre trabalho, seguimos o roteiro de perguntas norteadoras (Apêndice C) que ajudaram a desenvolver a atividade. Inicialmente solicitamos que todas escrevessem uma palavra, frase ou desenhassem o que significava a palavra “trabalho” na concepção de cada uma. Assim, cada participante falava sobre o que decidiu fazer, abríamos para discussão com as demais e íamos anexando ao mural. No último encontro seguimos a mesma proposta do dia anterior e concluímos o mural abordando a categoria saúde, também com auxílio de perguntas norteadoras (Apêndice D). A realização das oficinas, com a participação das mulheres na construção do mural tornou possível maior fluidez à discussão e todas puderam expressar suas percepções. Durante os debates foi evidente o protagonismo das mulheres no cotidiano e na construção sócio-histórica da comunidade.

Posteriormente, levando em consideração as vivências apresentadas selecionamos 6 mulheres para entrevistas individuais. O critério utilizado para seleção foram as falas, atitudes e indicações observadas durante as atividades, que colocaram essas mulheres em destaque. Para realizar as entrevistas mergulhamos no cotidiano das mulheres.

Figura 7- Entrevista à beira rio



Fonte: Própria autora (2024)

Assim, a primeira entrevista foi realizada durante a lavagem de roupa em uma ponte à beira rio, como mostra a figura 7. Duas entrevistas foram realizadas sob a sombra de uma mangueira no quintal da casa, e as outras duas foram realizadas nas próprias residências das participantes, uma delas na casa de farinha retratada na figura 8.

Figura 8- Entrevista na casa de farinha



Fonte: Própria autora (2024)

A entrevista semiestruturada, utilizada nesta pesquisa, foi desenvolvida por meio de um roteiro pré-estabelecido de acordo com os objetivos da pesquisa e abrangendo suas hipóteses e pressupostos durante a conversa. Batista *et al.* (2017) afirmam que a entrevista proporciona a interrelação das experiências cotidianas e a linguagem do senso comum, o que é indispensável para o êxito da pesquisa. De acordo com Deslandes (1994) a entrevista e a observação participantes são técnicas do trabalho de campo muito importantes, pois, possibilitam um aporte de dados que enriquecem a pesquisa.

Assim, o roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice E), foi um dos instrumentos utilizados para a coleta de dados durante a pesquisa de campo, o que proporcionou uma angaria de informações mais específicas e aprofundadas que endossaram os resultados e discussões desta dissertação.

Os registros fotográficos na pesquisa, vem sendo discutidos na contemporaneidade em virtude dos avanços tecnológicos, partindo do princípio que “o uso das imagens pode ser o suporte para pensar, expor, contar, relatar, dizer algo, memorizar, historiar, registrar, enfim, compreender e interpretar as informações adquiridas e internalizadas no cotidiano”, assim, as fotografias tornaram-se um tipo de “gravações detalhadas de fatos” que proporcionam uma

apresentação mais abrangente e holística sobre os estilos e condições de vida (Nobre e Gico, 2009; Rios, Costa e Mendes, 2016). Diante disso, além das entrevistas também utilizamos registros fotográficos durante as atividades desenvolvidas na pesquisa de campo. Mais do que um simples registro de determinado cenário, as fotografias da pesquisa carregam em si uma diversidade de significados que auxiliaram no processo de análise dos dados obtidos, pois captam a história e o modo de viver no lugar.

Foram utilizadas ainda, as técnicas de observação participante e o diário de campo. No diário de campo foram registradas diariamente nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não podiam ser captadas por meio de outras técnicas de pesquisa. Através do diário de campo construímos detalhes que se somam aos diferentes momentos da pesquisa. Essas anotações foram utilizadas de forma sistemática desde a primeira ida ao campo de pesquisa, até a fase final de investigação enriquecendo o processo de análise de dados (Deslandes, 1994).

Todo esse processo fez parte da pesquisa de campo, possibilitando não somente uma aproximação com as participantes da pesquisa, como também a construção de conhecimentos a partir da realidade do campo de pesquisa.

## **2.6 Análise e interpretação**

A sistematização e análise dos resultados obtidos foi realizada em consonância com os objetivos da pesquisa. De acordo com Minayo (2012) após a pesquisa de campo é necessário realizar a ordenação e organização do material secundário e empírico obtido no campo e investir na sua compreensão, dando valor, ênfase, espaço e tempo por meio do que a autora chama de movimento de “impregnação” ou “saturação” que se traduz em uma leitura atenta, reiterativa e cheia de perguntas.

A mesma autora destaca que é necessário apropriar-se de toda riqueza das informações obtidas em campo valorizando ao máximo os achados e realizando sua classificação e interpretação, sem deixar de ser fiel as informações do campo de forma que a interpretação vá além dos seus entrevistados e possa surpreendê-los (Minayo, 2012).

Dessa maneira, utilizamos o método os núcleos de significações, partindo da análise de narrativas sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx. Netto (2011) ao apresentar o método de Marx, afirma que o pesquisador ao se relacionar com o objeto de

pesquisa deve extrair dele as suas múltiplas determinações. Assim, fizemos a análise e categorização das narrativas obtidas em campo, realizando a interpretação e inferência sobre as falas dos entrevistados, articulando os significados contidos nas palavras para além das aparências e buscando aproximação com as zonas de sentidos (Silva, 2017).

O procedimento metodológico utilizado seguiu as etapas, descritas por Aguiar, Aranha e Soares (2021):

1) Transcrição do material coletado em campo, constituindo o denominado *corpus* da pesquisa;

2) Leitura flutuante, ou seja, uma leitura exaustiva e recorrente do que foi transcrito, para se familiarizar e se apropriar do material;

3) Identificação dos pré-indicadores: palavras carregadas de significado que extraídas do contexto tornam-se relativamente independentes, levando em consideração as informações que carregam e que irão permitir destacar questões para a possível constituição de teses importantes para serem investigadas e essenciais para a recomposição da totalidade;

4) Constituição dos indicadores, resulta da articulação dos pré-indicadores fazendo surgir um conjunto dialeticamente articulado com um novo potencial explicativo, gerando uma nova síntese;

5) Constituição dos núcleos de significações, uma abstração maior onde os indicadores e os pré-indicadores que os constituem se articulam dialeticamente em uma nova síntese.

É válido destacar que nesse processo de articulações são considerados critérios como semelhança, complementariedade e contraposição presentes nas significações identificadas. Assim, para além desses critérios, os núcleos de significações devem possibilitar também a identificação de contradições. Dessa forma, análise dos núcleos constituídos leva em consideração os critérios de semelhança e/ou contradição, articulando as falas dos sujeitos com o contexto social, político, econômico e histórico, permitindo o acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade (Aguiar e Ozella, 2006).

Através desse método buscamos nos aproximar do que está nos níveis mais profundos das falas das participantes tendo como ponto de partida os dados empíricos. Para isso foi necessário irmos além das aparências, buscando uma explicação da constituição das mulheres no seu processo histórico, ultrapassando a mera descrição dos fatos.

Ao reconhecer as participantes da pesquisa como parte de um processo sócio-histórico, partimos do materialismo histórico-dialético que, como metodologia de investigação científica, busca a totalidade na investigação da realidade revelando seu movimento histórico, suas contradições e as possibilidades de superação. Assim, durante a análise dessa pesquisa propôs-

se reconhecer a historicidade, a materialidade e a dialeticidade das relações entre as mulheres ribeirinhas e a sociedade (Aguiar, Aranha e Soares, 2021; Minayo, 2010).

### 3 RESULTADOS

Após a análise dos dados obtidos na pesquisa, identificamos um núcleo de significações formado por três grupos de indicadores. A leitura flutuante das entrevistas nos levou ao núcleo que identifica o protagonismo das mulheres nas suas mais variadas atividades cotidianas, destacando o trabalho e a saúde.

No quadro a seguir estão descritos os indicadores compõe o núcleo de significação como resultado da pesquisa. Levando em consideração o objetivo dessa pesquisa, separar os indicadores em mais de um núcleo levaria a uma interpretação fragmenta e incoerente dos dados, afinal compreendemos que os dados dos indicadores direcionam ao protagonismo das mulheres ribeirinhas do Remijo como núcleo principal dos resultados obtidos.

Quadro 1 - Núcleo de significação e indicadores

NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO	INDICADORES
<p>O protagonismo no cotidiano das mulheres do Remijo: “[...]eles falaram lá na reunião que nós aqui somos o esteio da comunidade [...]quando a gente sai, quando não tá aqui, não tem nada”</p>	<p><b>O modo de vida e o cotidiano das mulheres no Remijo:</b> “<i>aqui eu me sinto, é um lugar para mim, que faz parte da minha vida</i>”</p>
	<p><b>O trabalho no cotidiano da vida ribeirinha:</b> “<i>Eu não tenho parado, eu faço tudo</i>”</p>
	<p><b>A utilização das práticas tradicionais de saúde:</b> “<i>Eu vou fazendo o remédio, fazendo uma fricção, fazendo um chá, dando isso, dando aquilo...</i>”</p>

Fonte: Própria autora (2024)

Diante disso, apoiados na literatura e nos dados obtidos, os tópicos de discussão, aqui apresentados, discorrem sobre os indicadores que levaram à identificação do núcleo de

significação, também discutido. Contudo, para embasar nossa discussão é necessário, de antemão, que se conheçam as categorias utilizadas para subsidiá-la. Assim, apresentamos a seguir as principais categorias de análise utilizadas nesta pesquisa.

### **3.1 O protagonismo das mulheres**

O protagonismo das mulheres é uma temática que vem ganhando espaço nas discussões contemporâneas, todavia, não se tem um conceito único que possa defini-lo. Trata-se de um tema dinâmico que se transforma conforme o cenário de discussão. Diante disso, para adentrar nessa discussão, faz-se necessário entender o que é protagonismo.

Ferretti, Zibas e Tartuce (2004), Costa e Vieira (2006) e Volkweiss et al. (2019) apresentam uma análise semântica do termo que vem do grego e significa “competidor principal”. Este termo foi muito utilizado nos teatros gregos e até hoje está presente na dramaturgia para designar um personagem principal. Essa origem denota características individuais de um personagem específico, contudo Volkweiss et al. (2019) o associaram à participação ativa como expressão de uma abordagem democrática da ação social.

Nesse contexto, ao se discutir o protagonismo feminino, remete-se à trajetória de luta por emancipação e reconhecimento das mulheres na construção sócio-histórica da sociedade. Ainda que historicamente relegadas à invisibilidade pelo sistema patriarcal, a atuação política e social de inúmeras mulheres fortaleceu os movimentos feministas, resultando em conquistas expressivas em diversas áreas, como: saúde, educação e habitação (Machado, 2016).

Neste estudo, apropria-se da teoria feminista de Federici (2017; 2022), para destacar o processo emancipatório das mulheres, partindo do conceito de acumulação primitiva, que deu início a um processo contínuo de acumulação capitalista. A autora destaca que a acumulação primitiva teve “[...] seus efeitos nas “mulheres”, no “corpo” e na produção da força de trabalho” (Federici, 2022, p. 49) surgindo assim o trabalho reprodutivo, realizados pelas mulheres, que foram invisibilizadas e sua exploração naturalizada, especialmente às mulheres rurais.

A autora enfatiza a importância do movimento das mulheres no cercamento e apropriação de terras que ocorreu nas comunidades rurais com a implementação do capitalismo, e os movimentos feministas de resistência e luta pelas terras apropriadas, que resultou na eliminação de muitas comunidades rurais.

No âmbito rural, o cenário que prevalece é pautado na divisão sexual do trabalho, tendo como principal atividade a agricultura. Os estudos de Meus e Ethur (2021) e Grimm, Estevam e Salvaro (2022) discorrem que, no contexto da agricultura, o trabalho está relacionado majoritariamente à atuação masculina, o que corrobora os processos de invisibilização do papel feminino nesses espaços.

### **3.2 Mulheres ribeirinhas: cotidiano e ruralidade na Amazônia**

Ao se falar de mulheres rurais, inclui-se nesse cenário as mulheres ribeirinhas, e para abordar sobre a mulher ribeirinha e o seu cotidiano, se faz necessário elucidar alguns conceitos que estão imbricados nessa temática. Primeiramente, discutir sobre a mulher ribeirinha remete ao contexto amazônico, e este requer destaque para as especificidades de seu território, suas características e população, pois é um ambiente onde biodiversidade e sociodiversidade se entrelaçam.

A Amazônia não é um espaço homogêneo, mas é formada por diversidades culturais, línguas, mitos, práticas sociais, os quais configuram o território e os modos de vida da população, sendo esta última caracterizada por estabelecer uma relação forte, íntima e única com o território, a floresta, às águas. A união dessas características, configuradas em determinada organização social podem ser denominadas como comunidades rurais (Martins, 2022; Schweickardt et al, 2020).

Quando se fala de comunidade, remete-se à Bauman (1925) que associa o termo a um lugar “confortável e aconchegante”, propagando um ideal de comunidade no sentido de algo bom, sempre relacionando com a vida em sociedade, contudo sabemos que este ideal de comunidade é ameaçado pelos percalços vivenciados no cotidiano de uma sociedade capitalista na qual vivemos, até mesmo nos ambientes rurais.

Wanderley (2009) afirma que o reconhecimento e delimitação de um espaço rural varia de um local para outro, pois está relacionado a sua forma de ocupação territorial, evolução histórica e suas concepções predominantes. Pode ser caracterizado como um ambiente nuclear, onde se organizam as residências e as demais instituições que a compõe, afinal, mais que um aglutinado de residências, constitui-se como um ambiente social e político.

As comunidades rurais são compostas por povos que compartilham seu modo de viver em territórios com forte vínculo com a natureza, possuem uma gestão própria de seus recursos

naturais e de organização social, é um espaço onde constroem suas identidades sociais e culturais. (Lira e Chaves, 2016)

Nesse sentido, Nina *et al* (2021) afirmam que para apreender o rural é preciso compreendê-lo a partir das transformações da sociedade e as implicações destas sob a vida singular dos ribeirinhos, como são denominados os povos que vivem às margens dos rios da Amazônia.

Para Soares (2021), os ribeirinhos vão além populações que vivem às margens dos rios, são uma categoria social que varia de acordo com o vínculo que estes estabelecem com o lugar ao qual pertencem, sua relação com o território, com a floresta, com as águas, onde constroem sua vida econômica, social e cultural, construindo assim sua identidade e modo de vida. A mulher ribeirinha carrega em si todas essas características e a elas são somadas todo o processo histórico e patriarcal em contexto rural, vinculadas ao cuidado da casa e da família e da comunidade. Conforme apontam Lima e Pozzobon (2005), essas mulheres desempenham um papel fundamental na manutenção dos modos de vida tradicionais, participando ativamente da agricultura de subsistência, da pesca, do extrativismo e da transmissão de saberes intergeracionais.

Apesar de sua contribuição econômica e sociocultural, a atuação das mulheres ribeirinhas é invisibilizada na sociedade, reflexo da persistência de uma lógica patriarcal que relega as atividades femininas ao espaço privado e ao campo da informalidade (SILVA; BARROS, 2019). Cunha (2017) destaca que a identidade das mulheres ribeirinhas é construída na intersecção entre gênero, território e tradição, e sua subalternização decorre não apenas da divisão sexual do trabalho, mas também da desvalorização histórica dos conhecimentos a respeito das comunidades tradicionais. Essa contextualização reforça a invisibilidade das mulheres ribeirinhas, sem ressaltar a importância da sua contribuição na construção social.

### **3.3 O protagonismo feminino no meio rural: trabalho e saúde**

A literatura contemporânea apresenta o protagonismo feminino no meio rural relacionado ao trabalho desenvolvido pelas mulheres nas comunidades. Essa afirmação é baseada no processo sócio-histórico da divisão sexual do trabalho, desigualdade social e divisão de classes imposta pelo sistema de produção capitalista. Por muito tempo o trabalho da mulher foi invisibilizado e não reconhecido.

Pode-se associar essa relação do protagonismo com o trabalho a partir do capitalismo, baseado na teoria de Karl Marx onde o trabalho é a categoria fundante do ser social. Para Marx, o homem só se desenvolve na sociedade através da produção e reprodução do capital, por meio do trabalho. Nessa perspectiva, a categoria trabalho está associada às atividades de produção capitalista industrial, ocultando as atividades domésticas e pequenas produções colocando em evidência a sub-representação do trabalho feminino, em especial as atividades realizadas pelas mulheres em contexto rural (Aguiar, 1984).

Assim, vê-se nascer as divisões de classes e desigualdades de gênero, criticadas por Silvia Frederici (2019), que destaca o movimento feminista dentro desse cenário. A autora cita o cercamento de terras durante o processo de instauração do capitalismo como um marco do movimento feminista no campo, que foi de grande contribuição para o início da busca pela emancipação e reconhecimento das mulheres rurais.

Antônio et al (2020) e Meus e Ethur (2021) enfatizam a importância da luta das mulheres para a construção de uma identidade de gênero que reconheça seu trabalho nas diversas esferas da sociedade, visto que seu protagonismo está presente desde os primórdios da humanidade. Assim, reconhecer o trabalho da mulher na agricultura dando-lhe visibilidade e mérito por sua contribuição tanto na reprodução e produção influencia não apenas na subsistência como na renda familiar.

Silvia Frederici (2019) é uma das autoras que refletem sobre a luta feminista a partir do capitalismo, evidenciando o protagonismo das mulheres em todo o processo histórico de luta social nas mais diversas partes do mundo, destacando a busca por reconhecimento e valorização das mulheres, que ultrapasse os estereótipos da divisão sexual do trabalho, buscando sua emancipação.

O trabalho desempenhado pelas mulheres ribeirinhas não fica aquém do trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais das mais diversas partes do país, e pode ser considerado polivalente levando em consideração que além das atividades domésticas participam de grupos de produção, se envolvem em atividades políticas e culturais, articulam, organizam e mobilizam movimentos na comunidade. São agricultoras pescadoras, artesãs, dentre uma diversidade de atuação que desempenham e que as colocam como protagonistas no processo de articulação das mulheres e destacam sua importância tanto para o desenvolvimento familiar quanto comunitário (Reis, Nina e Ferreira, 2021).

Não se pode dissociar o trabalho das questões de saúde, entendida aqui no seu sentido mais amplo, indo além do processo saúde-doença e considerando todos os fatores que envolvem sua determinação. Ao se falar de determinantes sociais da saúde remete-se a Borghi, Oliveira e

Sevalho (2018), para estes autores, a determinação social do processo saúde-doença incorpora o modo de produção, a formação social, a reprodução social e as classes sociais como matrizes desse processo.

Ao referir-se às práticas de saúde na Amazônia, partindo da concepção de determinação social da saúde, deve-se considerar as especificidades dessa região tão peculiar em comparação com as demais regiões do país. No cenário amazônico a relação com a natureza molda os âmbitos da vida da população, e na saúde não seria diferente. As práticas tradicionais e culturais têm grande influência nas práticas de saúde dos povos ribeirinhos, se relacionam com sua ancestralidade, conhecimentos passados de geração a geração, que se utilizam dos recursos naturais e da espiritualidade.

Araújo *et al* (2023) afirmam que o conhecimento tradicional nas comunidades amazônicas relaciona-se à biodiversidade da região, assim utilizam-se de plantas medicinais para o tratamento de doenças e para auxiliar no parto. Nesse mesmo sentido, Reis *et al* (2024, p. 10) afirmam que “as práticas tradicionais em saúde estão intrinsecamente ligadas aos “rios” de saberes populares na produção do cuidado”, os quais têm predominância de parteiras, rezadeiras, benzedadeiras e puxadoras de ossos, destacando a mulher mediante a execução dessas práticas.

A associação das práticas tradicionais de saúde com as mulheres tem uma carga histórica, social e cultural, onde o cuidado é naturalizado como um “papel feminino”. Apesar de ser uma relação ser pautada em estereótipos, levando em consideração a hegemonia masculina e a invisibilidade feminina, não se pode negar a força do protagonismo feminino ao ocuparem posições de destaque e prestígio, enquanto sujeitas sociais reconhecidas e valorizadas pelo meio familiar e comunitário.

É evidente que trabalho e saúde estão imbricados no cotidiano e modo de vida das mulheres ribeirinhas, onde percebe-se o protagonismo em total relação com o reconhecimento e valorização das mulheres e seus papéis diante da sociedade. Portanto, é a partir desse contexto que construímos nossa discussão.

#### **4 DISCUSSÃO**

#### 4.1 O modo de vida e o cotidiano das mulheres no Remijo: “aqui eu me sinto, é um lugar pra mim, que faz parte da minha vida”

Figura 9- Vista da chegada à comunidade



Fonte: Própria autora (2024)

Inicialmente aborda-se o cotidiano das mulheres ribeirinhas do Remijo, identificando o seu modo de viver e as atividades que desenvolvem. Para isso, faz-se necessário, também, compreender o que é e quem são as mulheres ribeirinhas que integram a pesquisa.

Não há uma definição única para as mulheres ribeirinhas pois, suas características variam a partir de suas vivências e do ambiente onde se inserem. Ser ribeirinha vai além residir às margens de rios ou lagos, ultrapassa a relação com o fluxo das águas, ser ribeirinha é uma categoria social, política e cultural. É uma construção identitária associada ao meio ambiente e as relações estabelecidas no cotidiano das comunidades rurais. São sujeitas de direitos que devem ser respeitadas, reconhecidas e valorizadas de acordo suas especificidades, subjetividades, seu caráter ancestral e político (Soares, 2021).

Para embasar essa discussão, é importante também, compreender o que é cotidiano. Assim, parte-se do conceito de Heller (1985) que o entende por meio das expressões de todos os aspectos da vida, os sentidos, sentimentos, capacidades, habilidades, personalidade, atividades, ou seja, já se nasce inserido na cotidianidade. A autora afirma que a vida cotidiana se expressa de forma heterogênea e dinâmica pois, ao longo da construção histórica, econômica e social passa por variadas transformações.

Nessa perspectiva, Certeau (1994) compreende o cotidiano a partir do que chama de práticas ordinárias, que são formas de criatividade silenciosa, pelas quais os sujeitos reelaboram e ressignificam a vida diária. Para o autor, aquilo que parece simples e repetitivo, como gestos,

modos de falar, andar ou organizar o espaço, se tornam estratégias de resistência e invenção de estruturas para normatizar a vida social. Essa leitura se aproxima da reflexão de Heller (1985), ao enfatizar que o cotidiano não deve ser entendido como uma dimensão secundária da existência, mas como o espaço onde se articulam experiências, saberes e identidades em constante transformação.

A tal modo, compreender o cotidiano significa reconhecer tanto sua dimensão histórica e social, quanto sua potência criadora e emancipatória, como elementos fundamentais para a análise das atividades realizadas pelas mulheres ribeirinhas. Portanto, para abordarmos o protagonismo das mulheres ribeirinhas, é necessário conhecê-las no seu cotidiano, identificar suas atividades e assim compreender seu modo de vida. Para isso, mergulhamos nas águas do Uaicurapá, serpenteando o território e aproximando-nos das mulheres do Remijo, a fim conhecer suas práticas cotidianas.

#### 4.1.1 Identidade de lugar

O modo de vida das mulheres ribeirinhas está relacionado à construção de sua identidade, o que perpassa por um conjunto de práticas, costumes, valores, crenças e conhecimentos tradicionais, que também se relaciona com a diversidade ambiental, social, econômica e cultural do lugar onde estão inseridas (Maciel, Moraes e Nina, 2023).

Quando falamos de construção identitária é impossível desassociá-la da relação humano-ambiente, a qual é uma forte característica das mulheres ribeirinhas. Nesse sentido, nos remetemos à Guiliani (2004) e Mourão e Cavalcante (2011) que abordam a identidade de lugar a partir do sentimento de pertencimento, ao afeto, vínculo e apego a esse lugar, características que se apresentaram nos resultados da pesquisa. A fala das ribeirinhas “M” retrata um pouco sobre isso:

“Porque aqui eu me sinto um lugar para mim que faz parte da minha vida desde quando eu nasci e me criei. E são boas lembranças que eu tenho aqui. Sempre, desde o início da minha vida, da minha trajetória aqui no Remijo. E é um lugar que eu me sinto bem que eu sou acolhida. É minha família mesmo aqui.” (I, 2024)

Guiliani (2004) e Mourão e Cavalcante (2011) também afirmam que essa construção identitária se relaciona com a satisfação de desejos e necessidades dos indivíduos de ter um

lugar para expressar sua subjetividade, se apropriando e se vinculando a esse lugar, que se torna símbolo de segurança, estabilidade, liberdade e movimento.

A ribeirinha M expressa isso em sua fala:

“quando eu vim de lá, logo no começo, nos dois primeiros anos, eu não tava me adaptando aqui, eu não estava acostumada. De uns tempos pra cá, já logo pra banda do ano retrasado, acho que ano passado, eu já me adaptei mais [...] que a gente já tá fazendo uma casa, já tem terreno, já construí uma família, já construí uma história praticamente aqui, aí eu já me sinto uma vencedora por ter feito isso, apesar de eu sentir saudade dos meus pais, da minha mãe.” (M, 2024)

Durante a realização da oficina, essa temática também apareceu na fala de uma participante que destacou: “antes eu não era livre mas, quando eu vim para cá eu me senti bem, me senti acolhida por todos [...] aqui eu me sinto muito feliz, agora eu posso fazer o que antes eu não fazia” (Diário de campo, 2024). Essas falas reforçam que a identidade dessas mulheres tem forte vínculo com o ambiente onde estão inseridas, a partir da qual constroem sua identidade, seu modo de vida, cultura e organização social.

É inegável que nessa construção identitária há uma estreita relação das mulheres ribeirinhas com a natureza, o que está totalmente imbricada com seu cotidiano, e quando se fala de relação com a natureza, não se pode ignorar as questões ambientais, seja pela conservação e preservação da natureza, quanto pelos efeitos climáticos extremos que vem ocorrendo nas últimas décadas e que vem afetando significativamente a vida ribeirinha.

#### 4.1.2 Relação com a natureza e os eventos climáticos

A vida ribeirinha sofre forte influência do curso dos rios, e a sazonalidade das águas interfere em seu cotidiano. Schweickardt *et al.* (2021) destaca que o território amazônico possui dois períodos no ano, chamados de: cheia e seca. Esses períodos ocorrem em intervalos regulares durante determinada época do ano. A cheia ocorre entre os meses de dezembro a junho, quando há um maior volume de chuvas que fazem o nível dos rios subir e se expandir, causando alagações. Já no período da seca, que ocorre entre os meses de julho a novembro, as chuvas são mais escassas e o nível dos rios diminui e muitas áreas de terra aparecem.

Contudo, nas últimas décadas esses eventos estão tomando grandes proporções, com secas e níveis de água cada vez maiores. As mudanças climáticas aumentam a frequência de

eventos fluviais extremos e afetam a vida ribeirinha, afinal o fluxo das águas molda a dinâmica da floresta e o modo de vida nas comunidades ribeirinhas (Guimarães *et al*, 2021).

Os efeitos dos eventos climáticos extremos na vida das ribeirinhas estão presentes nas falas das participantes da pesquisa, no segundo encontro um dos maiores medos citados por elas foi “que seque muito o rio” (Diário de campo, 2024). A ribeirinha M também fala sobre como a seca extrema afeta suas atividades, principalmente no plantio: “a gente tem que descer pra buscar água lá no garapé, porque tempo de cheia até que é bom, porque fica mais perto. Aí quando vai secando já vai mais, fica mais distante e aí é cansativo, e é cansativo subir com água” (M, 2024). A seca aumenta a extensão de terra e torna os caminhos mais longos e cansativos.

Figura 10 - Subindo o barranco



**Fonte:** Própria autora (2024)

Reis, Nina e Ferreira (2021) apontam alguns estudos a respeito dos impactos causados pelas secas nas regiões ribeirinhas, afirmando que nesse período formam-se barrancos de três a quatro metros de altura, que são escalados pelas mulheres com baldes sob a cabeça, o que pode até ocasionar em problemas de saúde como dores nas costas, braços, pernas e até mesmo quedas. A figura 11 é um retrato dessa realidade vivida cotidianamente pelas mulheres no período da seca.

As coletas de dados da pesquisa de campo no Remijo ocorreram durante os dois períodos da sazonalidade do rio, vivenciando tanto o período da cheia como a seca. Na figura 12 é

perceptível a diferença na extensão de terra até a primeira casa da comunidade, mostrando o quanto a seca afeta a comunidade, principalmente em relação à distância percorrida pelos comunitários para seu deslocamento. De acordo com as mulheres da pesquisa esse registro corresponde ao início da seca, no período mais extremo “o porto da comunidade ficou só lama, não se via rio em frente a comunidade, pra pegar o barco a gente andava pra mais de uma hora no sol quente até chegar no rio grande” (J, 2024).

Muitos são os relatos das dificuldades enfrentadas em virtude dos eventos climáticos, principalmente as secas, como é possível observar nas falas anteriores, o deslocamento dos comunitários torna-se mais difícil, seja para atendimentos de saúde, a ida até a sede do município, o deslocamento para o lugar do plantio, o escoamento da produção, os percursos que no período da cheia duram minutos, na seca se transforma em horas de caminhada. “Na seca o barco não entra e nem sai do porto da comunidade, o rio grande fica muito longe e tudo se torna mais difícil, a gente sofre muito” (J, 2024). Vale destacar que o ciclo dos rios, seca e cheia, sempre foram uma realidade no cotidiano da vida ribeirinha, com tudo esses eventos têm tomado proporções extremas nas últimas décadas, aumentando cada vez mais as dificuldades nessas regiões.

Figura 11- Cheia e seca



Fonte: Própria autora (2024)

Costa *et al.* (2023) afirma que os efeitos climáticos extremos, estão relacionados a origens naturais ou por intervenções humanas, causando alterações negativas no meio ambiente, com prejuízos materiais, humanos e ecológicos. Nesse sentido, ao nos referirmos sobre os cuidados com a natureza também nos remetemos às raízes do patriarcado e forte influência do capitalismo no que diz respeito a exploração da natureza. Para Moraes (2023, p. 105) “pode-se constatar uma certa conexão entre as questões de gênero e as questões ambientais, uma vez que os dois são afetados pela cultura de dominação, a qual vem sendo perpetuada pelo patriarcado

capitalista.” A relação entre mulher e cuidado sempre foi muito difundida e naturalizada pelo patriarcado, à mulher sempre foi designado os cuidados da casa, dos alimentos e da terra, principalmente nas áreas rurais.

A esse modo, Costa (2017) discute essa relação a partir da vinculação dos movimentos feministas com a agroecologia, apresentando a teoria ecofeminista como uma crítica a um sistema predominantemente masculino. Para endossar a discussão a autora discorre sobre um feminismo decolonial crítico que se entrelaça com as discussões a respeito do conceito de “bem viver” como “uma alternativa à ideia de desenvolvimento capitalista antropocêntrico constituído a partir da arbitrária divisão entre humanidade e natureza, compreendendo-o como um direito de todos à dignidade, à subsistência e a um meio ambiente saudável” (Costa, 2017, p. 5).

A partir desse conceito leva-se em consideração, a identidade cultural e ancestral das populações ribeirinhas, fazendo valer a conexão entre homem e natureza para além da mera exploração dos recursos naturais para sua subsistência e comercialização, como prega o capitalismo contemporâneo.

Destacar as raízes ancestrais que evidenciam as singularidades culturais dos povos ribeirinhos, onde os modos de vida seguem a dinâmica da natureza e dos conhecimentos de seus antepassados sobre a relação ser humano-natureza, para além de uma produção-reprodução social e cultural. E reforçam suas características de povos tradicionais, possuindo formas próprias de organização social, uso e ocupação de territórios e recursos naturais, que moldam sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, através dos conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Lira e Chaves, 2016; Fernandes e Moser, 2021; Araújo, 2023)

O que vai ao encontro do conceito também de Bauman (2003), que identifica a comunidade como um lugar acolhedor, confortável e seguro, onde todos estabelecem uma boa relação em busca de um bem comum, mesmo que haja conflitos, discussões e divergências todos querem o bem para si e para todos que residem em comunidade.

“Tudo eu ajudo, de quem precisar de mim eu estou para ajudar.” (O, 2024)

“[...] eu tenho como uma realização pra mim, estar aqui ajudando as pessoas que eu conheço, que faz parte também de mim, da minha história. A maioria aqui são meus parentes” (I, 2024).

Nas falas acima pode-se observar que as relações estabelecidas entre as pessoas da comunidade assumem um caráter de solidariedade, amizade e parentesco que conduzem as

relações sociais e seu modo de vida. Esse modo de estabelecer as relações traz características ancestrais e culturais que são difundidas no dia a dia da comunidade (Lira e Chaves, 2016).

Essas características corroboram também com o conceito de comunidade tradicional apresentado por Brandão (2014) que, baseado em Bauman, afirma a comunidade como o lugar onde as relações sociais são entrelaçadas com a natureza, onde as pessoas, famílias e parentes se reúnem para viver e dar sentido à suas vidas a partir do que desejam para ela. O autor destaca ainda que na comunidade busca-se evidenciar as relações centradas nas pessoas e suas redes de reciprocidade.

Assim, reafirma-se o caráter de comunidade tradicional do Remijo, e destaca-se nessas relações, a ligação das mulheres com as atividades da igreja. A igreja faz parte da formação histórica das maiorias das comunidades rurais, e é um dos ambientes onde se estabelecem as relações sociais na comunidade (Alves *et al*, 2024). As ribeirinhas do Remijo destacaram essa relação com a religião como parte de suas atividades cotidianas.

#### 4.1.3 História do lugar e a influência religiosa

Em conversa com a Anciã<sup>2</sup>, nos relatou sobre a história do Remijo destacando a influência da igreja católica para a formação da comunidade:

“Ela foi um núcleo do São Tomé, essa comunidade, depois que passou a comunidade. Depois dela aqui, foi que teve essas outras tudinho, desde o Maranhão, não tinha, era só São Tomé. Aí, como meu irmão gostava da igreja, ele frequentava o São Tomé, ele e o tio dele, o tio Tontô. O pai do Miro. Aí, ele vinha de madrugada pro São Tomé, todo domingo[...] pra lá eles assistiam a reza pra lá, o culto. E depois, como era longe, de eles tarem todo domingo, aí eles concordaram, falaram com o Dom Arcângelo. E o Dom Arcângelo passou aqui pra ser núcleo de São Tomé. E assim foi, durou um ano e pouco, sendo núcleo de São Tomé. Depois, o Dom Arcângelo resolveu fazer aqui a comunidade. Aí, a padroeira,(sic) um dia, o Mundinho escolheu, meu irmão, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. E ficou, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A primeira missa rezada foi na nossa casa [...] (Anciã, 2024).

---

<sup>2</sup> A utilização do termo não traz conotações pejorativas em relação à idade da participante da pesquisa, apesar de ser a moradora mais antiga do local, mas refere-se à sua representatividade e sabedoria mediante a comunidade do Remijo. Além, ser um pseudônimo para identificar a participante, visando o cumprimento dos procedimentos éticos que requer a pesquisa.

A presença do catolicismo nas comunidades ribeirinhas tem raízes, no processo de colonização do país, quando a invasão europeia trouxe a religião como um meio de dominação dos povos que habitavam Brasil. Nesse contexto muitas comunidades rurais foram criadas e reconhecidas a partir de uma determinação da igreja católica. Alves *et al.* (2024) destaca que a igreja católica contribuiu significativamente para a organização das comunidades ribeirinhas da Amazônia, inicialmente voltados para a formação e alfabetização e posteriormente para a formação de lideranças a fim de constituir sujeitos políticos.

Nesse sentido Aguiar (2016) destaca as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais que tiveram um significativo crescimento nas comunidades rurais, principalmente na década de 1970, e destaca o forte envolvimento das mulheres nas atividades religiosas. A mesma autora destaca que a criação das CEBs foi baseada na Teologia da Libertação, a qual é regida pela defesa dos “interesses sociais e econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes, o que se toma como justificativa para sua grande expansão nos territórios rurais”.

Na fala da anciã são observadas essas características e influência da igreja católica na construção da comunidade, sendo até os dias atuais uma das principais atividades que envolve toda a comunidade, seja os festejos da padroeira, as celebrações aos domingos, a reza do terço nas casas, como também destaca a ribeirinha I: “sábado eu tenho que ir para catequese, domingo eu tenho responsabilidade também na igreja, nós participamos lá também, reza nas casas, dia de segunda-feira” (I, 2024).

Alves *et al.* (2024) afirma que os festejos religiosos são de muita importância pois mobilizam a comunidade como um todo para sua organização, geralmente são em homenagem ao santo padroeiro da comunidade e atraindo visitantes de outras localidades. Diante disso, entende-se a religiosidade é também é meio para se estabelecer relações sociais, tendo em vista a mobilização da comunidade toda em prol a realização das atividades. Os autores apontam ainda que essa influência reverberou nos nomes dados às comunidades, que geralmente levam o nome do santo padroeiro, como cita a Anciã em sua fala, além de influenciar até mesmo na organização socioespacial das comunidades onde “a igreja, assim como o centro comunitário, o campo de futebol e a escola, se configura como um elemento central” (Alves *et al.*, 2024, p. 6).



**Fonte:** Própria autora (2024)

Na figura 13 é possível observar a distribuição do espaço territorial do Remijo, onde a Igreja de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro se encontra no centro da comunidade, ao lado direito está o centro social comunitário, ao lado esquerdo o campo de futebol e aos fundos da igreja localiza-se a escola, e as casas dos comunitários se dispõem em seu entorno. Assim, fica evidenciada a importância da religião no modo de vida e nas relações estabelecidas na comunidade, desde sua disposição territorial, até o desenvolvimento de atividades relacionadas igreja, como parte do cotidiano comunitário.

#### 4.1.4 As múltiplas atividades no cotidiano das mulheres: trabalho polivalente.

As mulheres do Remijo, ao elencarem suas atividades diárias, citaram seus compromissos com a igreja como trabalho, como destaca a ribeirinha J: “Eu trabalho como catequista, como coordenadora da catequese. Trabalhei também na pastoral da criança, 15 anos. Como coordenadora da pastoral da criança. Agora não estou mais na pastoral da criança, mas na catequese eu continuo na catequese. Eu estou com 25 anos trabalhando na catequese. Aí eu trabalho como coordenadora agora da catequese” (J, 2024).

Destaca-se que, não apenas a religião se integra a categoria trabalho dentro do cotidiano das mulheres, mas as múltiplas atividades que elas realizam no seu dia a dia, quando questionadas sobre o que era trabalho uma das entrevistadas afirmou que “tudo que eu faço eu acho que é um trabalho, pra mim eu acho que é um trabalho” (M, 2024). Nesse sentido, todas

atividades que desenvolvem no seu dia a dia são compreendidas como trabalho. Nas falas a seguir identificam-se as atividades que realizam:

“Olha, ao acordar, eu vou tomar meu banho, vou tomar o café. Eu espero dar o horário. Eu entro na escola às 7 horas da manhã [...] aí eu fico com as crianças das 7 até às 11 horas. [...] Aí eu volto para casa para mim almoçar. Aí eu almoço, aí eu pego, descanso um pouco. Aí eu vou de novo, pego os meus materiais de aula. Quando eu não faço em casa, eu vou mesmo para a escola pela tarde, realizar a atividade já pro próximo dia. [...] . Aí eu volto para a minha casa. Aí em casa eu assisto uma televisão um pouquinho. E aí eu descanso um pouco, aí eu vou visitar a minha tia. [...] E quando eu volto para casa de novo, eu limpo a casa, lavo minha roupa, arrumo.” (I, 2024).

“As atividades que eu faço são as coisas de casa. Cuido da minha casa, cuido do meu terreiro. Gosto muito de plantas. Minha atividade todo dia quando eu me levanto, já é molhando as plantas. Aí eu venho, tomo o meu café e desço para beira lavar minha roupa. Depois daqui eu vou fazer a minha costura. Aí depois, quando eu já estou agoniada na costura, eu vou continuar a varrer. Eu me sinto bem assim, né?” (O, 2024).

“Quando eu me acordo, primeira coisa: faço café, lavo louça, vou arrumar a casa, faço tudo. Deixo tudo prontinho. Aí depois deixo tudo prontinho, aí eu vou pra roça, tirar mandioca” (E, 2024).

Em todas as falas acima é possível observar que as atividades realizadas pelas mulheres diariamente assumem características de multitarefas com predominância das atividades domésticas, o cuidado com as pequenas criações e plantações em torno do domicílio, a agricultura e sua relação com a natureza. Alves (2020) afirma que historicamente essas atividades sempre foram desempenhadas pelas mulheres, fazendo com que o trabalho dessas mulheres assumisse um caráter de inferioridade e desigualdade mediante uma sociedade que valoriza o trabalho masculino.

Meus e Ethur (2021) e Grimm, Estevam e Salvaro (2022) destacam que a divisão de atividades exercida por homens e mulheres durante a construção sócio-histórica da sociedade, principalmente em ambientes rurais, sempre foi pautada na desigualdade. Sempre coube aos homens o exercício de funções mais valorizadas e às mulheres cabia a execução de atividades vistas como menos qualificadas e sem remuneração. Essa divisão de papéis sempre levou as mulheres ao acúmulo de funções, em virtude das múltiplas atividades que assumem no dia a dia, desde atividades domésticas, cuidado familiar, as pequenas plantações, a agricultura, entre outras (Alves, 2020)

As discussões apresentadas até aqui, nos levando a um cotidiano ribeirinho que perpassa pelas relações sociais estabelecidas nas atividades cotidianas seja no ambiente doméstico, na igreja todos integram a categoria trabalho e a partir dessas relações que se molda a vida em comunidade. Maciel, Moraes e Nina (2023, p. 9) destacam que a vida ribeirinha e o trabalho se conectam e são interdependentes, apesar de serem distintos, estão interligados e não é possível que se concretizem separadamente, “porque vida é trabalho e trabalho é vida”. Assim, a seguir apresenta-se uma discussão sobre o trabalho na vida cotidiana das mulheres ribeirinhas do Remijo.

#### 4.2 O trabalho no cotidiano da vida ribeirinha: “Eu não tenho parado, eu faço tudo”

Figura 13- Fazenda Farinha



Fonte: Própria autora (2024)

Que o trabalho faz parte do cotidiano da vida em sociedade é indiscutível, mas compreender o trabalho dentro de uma comunidade ribeirinha tradicional vai além do que compreendemos por trabalho formal produtivo, aquele que dentro de um sistema capitalista tem como principal objetivo a produção de capital.

De acordo com a teoria de Karl Marx o trabalho é a categoria fundante do ser social, para ele o homem só se desenvolve na sociedade através da produção e reprodução do capital

por meio do trabalho. Nessa perspectiva a categoria trabalho está associada as atividades de produção capitalista industrial, não reconhecendo como trabalho as atividades domésticas e pequenas produções, o que coloca em evidência a sub-representação e invisibilidade do trabalho feminino, em especial as atividades realizadas pelas mulheres rurais (Aguilar, 1984).

Em contraponto, Hirata (2018) discorre sobre o feminismo materialista, onde o trabalho é considerado central em sua materialidade e enquanto prática social, tecendo uma crítica à teoria marxista e afirmando que as mulheres integram sim a produção e a reprodução social. A autora destaca as feministas Danièle Kergoat, Christine Delphy e Silvia Federici que apontam para a função política como central no conceito de trabalho, permitindo pensar o trabalho como uma alavanca para emancipação coletiva.

Brito (2000) corrobora com essa discussão ao ressaltar que é fundamental compreender o cotidiano do trabalho feminino para evidenciar as diferenças estruturais que sustentam a subordinação das mulheres e para reconhecer os espaços de resistência e reconfiguração de papéis sociais. Nesse sentido, Antunes (2009) destaca que o conceito de trabalho vai além de ser assalariado e fetichizado, mas assume uma dimensão concreta como trabalho vital, criador de valores, através da relação necessária entre homem e natureza. Ou seja, o trabalho se define nas atividades cotidianas, não apenas na materialidade, como na subjetividade.

Heller (1985), destaca que por muito tempo a organização da vida cotidiana dava-se em torno do trabalho. Assim, ao fazer uma interligação entre o modo de vida na cotidianidade, com as comunidades rurais, observa-se que as características que marcam o ambiente rural são as múltiplas atividades desenvolvidas pelas mulheres e a agricultura, principalmente no que se refere a produção de alimentos.

Durante a pesquisa, as atividades desenvolvidas na agricultura estavam presentes no discurso das entrevistadas, como podemos observar na fala da sra. J: “Eu torro farinha, descasco mandioca. Eu faço tudo. Planto minhas plantinhas por aqui, rum. Eu não tenho parado, não. Eu vou pro roçado, eu vou plantar mandioca. Aí, pego a saca de mandioca, né? Cheia, e outro balde também, de novo. Bem cheio mesmo aí boto bem aqui [aponta para a cabeça], e aí achato no miolo e vou embora” (Diário de campo, 2024).

Wanderley (2009) destaca que há muito tempo a agricultura se configura como o elemento “central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural” (Wanderley, 2009, p. 207). Assim, ao analisar a agricultura como característica central das comunidades rurais e sua relação com a categoria trabalho, nos remete

ao processo sócio-histórico da sociedade capitalista, baseado no patriarcado e na divisão sexual do trabalho.

A fala da Sra. I também destaca as atividades da agricultura “Eu tiro tapioca, eu descasco a mandioca, eu tiro fervo tucupi. Eu só não sei torrar farinha mesmo, mas eu ajudo eles lá, a colocar a massa no forno. Tudo esses mais leve eu faço, mas os mais pesados é eles que fazem mais” (Diário de campo, 2024). Nessa fala fica evidente a divisão sexual do trabalho, onde às mulheres são designados os trabalhos considerados leves e aos homens o trabalho pesado e seu trabalho na agricultura é identificado como ajuda.

A classificação entre trabalho “leve” e trabalho “pesado”, atribuído às mulheres e aos homens, respectivamente, é citado por Grimm, Estevam e Salvaro (2022). O autor afirma que os trabalhos considerados pesados exigem mais esforço físico e por isso são delegados aos homens, esses trabalhos também associados a uma remuneração maior. O que reforça as desigualdades entre homens e mulheres, decorrentes da divisão social do trabalho e das relações sociais entre os sexos, concretizadas na divisão sexual do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007).

A fala da ribeirinha I, apresentada anteriormente, destaca essa classificação, e complementa:

“O que eu acho mais pesado é, porque tem que fazer mesmo é ir pra lá com ele, né, porque meio, porque é longe, né. Aí a gente tem que subir uma ladeira ainda, o negócio da água não tem lá em cima, a gente tem que descer pra buscar água lá no garapé, porque tempo de cheio até que é bom, porque fica mais perto. Aí quando vai secando já vai mais, fica mais distante. E aí é cansativo. E é cansativo subir com água. É o mais pesado, mas pra mim, né, mas é sacrificoso mesmo, porque subir com peso numa ladeira não é pra qualquer um. [...] Aqui eu acho que o mais pesado é ajudar ele aqui na parte da construção mesmo. O resto é tudo, eu acho que é mais leve, mais fácil pra mim. É, eu lavo roupa, eu arrumo a casa, faço comida, é isso aí” (Diário de Campo, 2025).

O caráter de ajuda, que aparece na fala da entrevistada, refere-se ao trabalho que é desenvolvido pelas mulheres em conjunto com o marido, invalidando o trabalho realizado por ela. É importante reconhecer essa atividade não como ajuda, mas como um trabalho efetivo que gera renda, produz alimento e não a exime da realização das demais tarefas. Não reconhecer o trabalho desenvolvido pelas mulheres como produtivo desmerece seus esforços e contribuição não apenas na reprodução, como também na produção e geração de renda familiar (Meus e Ethur, 2021).

Nesse sentido é importante ressaltar o papel fundamental da mulher na produção rural, que muitas vezes é invisibilizada, tendo em vista que o ambiente rural ainda é carregado de

estereótipos quanto a exclusividade masculina no processo de produção, o que, mais uma vez, nos leva à divisão sexual do trabalho (Tavares *et al.*, 2021; Nina, 2018).

Ao refletir sobre o termo “divisão sexual do trabalho” Hirata e Kergoat (2007) afirmam que este possui total relação com o capitalismo, pois é a partir da implantação desse sistema econômico que o mercado de trabalho, ofícios e profissões assumem uma configuração de distribuição desigual entre os sexos, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico. Para além disso, as autoras relacionam o termo a uma desigualdade sistemática que se desdobra em uma hierarquização das atividades, criando um sistema de gênero.

De acordo com as autoras a divisão sexual do trabalho possui dois princípios: o da separação, onde existe trabalho de homem e trabalho de mulher, e o princípio hierárquico onde o trabalho do homem tem mais valor que o da mulher. Nesse sentido, citam o trabalho doméstico, designado como exclusivo das mulheres, pois sempre foram atividades entendidas como algo natural, vinculado ao amor e o dever materno. Essas atividades não são compreendidos como trabalho, pois não possui caráter mercantil, sendo sua única função a reprodução, assim são denominados trabalho reprodutivo (Hirata e Kergoat, 2007).

Meus e Ethur (2021, p. 2) apresentam a definição de Herrera (2017) sobre o trabalho reprodutivo, afirmando que este é ligado à mulher, “vinculado ao âmbito familiar, limitado à esfera privada, ao núcleo da família”, ou seja, o trabalho doméstico, o cuidado da casa, dos filhos, da família. No âmbito rural, incluem-se nessas atividades as pequenas produções e criações em torno do domicílio, presentes no cotidiano. Como é possível observar nas falas, a seguir, das mulheres do Remijo:

“Eu limpo a casa, lavo minha roupa, arrumo” (I, 2024);

“Eu faço tudo. Eu lavo roupa, varro, limpo, cozinho e tudo é eu” (J, 2024);

“Eu faço minha horta tudinho. Eu tenho minha horta, o meu canteiro. Tu gosta de ver a minha couve. Eu tenho um canteiro de couve, eu tenho um canteiro que eu plantei aquele tomate, minha cebola. Tu gosta de ver meu canteiro. Eu não fico sem essas coisas, não fico mesmo, é tudo eu. E eu crio galinha também. Eu crio meus bichos, eu crio esses bichos. É assim, minha vida é essa” (R, 2024)

“As atividades que eu faço são as coisas de casa. Cuido da minha casa, cuido do meu terreiro. Gosto muito de plantas. [...] Quando eu me levanto, já é molhando as plantas. Quando eu tenho que trocar plantinha para outro lugar, eu troco. Vou mudando elas para não morrer. Cuido do meu canteiro. Aí eu venho, tomo o meu café e desço para beira lavar minha roupa. Depois daqui, eu vou fazer a minha costura. Aí depois, quando eu já estou agoniada na costura, eu vou continuar a varrer” (O, 2024)

Apesar dessas atividades serem denominadas como trabalho reprodutivo, as mulheres do Remijo, mostram que assumem também um caráter produtivo. Como destaca a ribeirinha O, ao apontar que as atividades de costura e lavagem de roupas fazem parte da sua renda familiar.

“É uma ajuda para mim, lavando a roupinha dela. É uma ajuda para mim, eu fazendo as minhas costuras, eu não ganho muito aquelas coisas, né? Mas do pouquinho que eu ganho no meu dia a dia, cinco daqui, dois dali, quatro daqui. Aí eu já vou ajuntando para mim pagar minhas contas, até mesmo comprar um alimento, ajudar meus netos” (O, 2024).

Figura 14- Lavando roupas



Fonte: Própria autora (2024)

A figura acima mostra duas ribeirinhas da comunidade lavando roupas no Rio Uaicurapá, essa é uma prática cultural que está ligada à relação que essas mulheres estabelecem com a natureza. A lavagem de roupa à beira do rio possui especificidades, além de as lavadeiras permanecerem dentro do rio durante todo o processo, utilizam um pedaço de madeira, geralmente galho de árvore, de tamanho e espessura mediana, utilizado para bater nas roupas e ajudar na remoção da sujeira. Além disso, utilização também a prática de “coarar” a roupa, que diz respeito a ensaboar a peça de deixá-la exposta ao sol para auxiliar na remoção de manchas, como para clarear roupas brancas. Como explica a ribeirinha O: “É, a nossa situação é essa aqui [...] Passa o sabão aí, a gente mete o cacete, esfrega, aí eu gosto também de coarar, às vezes eu digo pra ela, minha filha, quando a roupa tá muito suja, passa o sabão, joga ali na beira que vai sair o sujo” (O, 2024)

A ribeirinha O é uma das poucas mulheres da comunidade que faz a lavagem de roupa na beira do rio, em sua fala destaca a importância que essa atividade tem para ela:

“É assim, a minha caminhada de dia a dia, como eu gosto de lavar aqui na beira, e sou feliz aqui na água, eu gosto de estar aqui. [...] as mulheres quase que vêm aqui na beira, é contado. Tô eu aqui, dona Antônia ali, e as outras só quando não tem água, elas vêm aqui na beira. Aqui eu me sinto melhor [...] a minha situação é que eu acho que eu preciso muito da água. Não vou dizer da minha água lá de terra, ela é uma água no giral. Ela ajuda muito as pessoas, né? E eu preciso muito daquela água lá do giral pra mim molhar, minhas plantas principalmente, né? Mas, pra mim lavar minhas roupas é aqui na beira, eu me sinto bem aqui” (O, 2024).

São práticas como a da ribeirinha que reforçam as características culturais da comunidade, colocando em evidência a relação que estabelecem com a natureza. Porém, não se pode deixar de destacar o caráter de trabalho que essa atividade assume, e não apenas no âmbito doméstico, mas também como trabalho produtivo como foi destacado anteriormente.

Destaca-se ainda, como trabalho produtivo, as atividades realizadas pela professora e pela Agente Comunitária de Saúde (ACS) da comunidade, tendo em vista que além das atividades domésticas e comunitárias são servidoras públicas da prefeitura municipal de Parintins, o que caracteriza um trabalho assalariado. Ao falarem de suas atividades de trabalhos, as falas chamam atenção também para as especificidades em relação com o ambiente rural.

“Eu trabalho aqui na comunidade Remijo, eu tenho 17 anos de trabalho como professora na sala de aula [...] Eu trabalho com uma turma de educação infantil, de até o maternal, de primeiro e segundo período, que são as crianças bem pequenas e as crianças pequenas. E de primeira ao quinto ano. É uma sala a multietapas. Agora eu estou atendendo 15 crianças.” (I, 2024)

“Há 18 anos eu consegui o trabalho de agente de comunidade de saúde, de ACS. E trabalho há 18 anos aqui, desde 2006. Eu trabalho como agente de comunidade de saúde [...] Eu, de segunda a sexta, a gente tem que fazer visita domiciliares. As minhas visitas que eu faço todos os dias, tenho que ir na casa dos meus comunitários.” (J, 2024).

No que diz respeito ao trabalho da professora, põe-se em evidência as multitarefas que ela exerce. Afirmou que, dos 17 anos que atua como professora na comunidade, por 16 anos assumiu não apenas a função de ensinar, mas também a gestão da escola. O recebimento e organização dos insumos, a organização e limpeza da sala de aula, a preparação da merenda escolar, planejamento e execução das aulas e todas as demais funções necessárias sempre foram

desenvolvidos por ela. Atualmente, após muita luta e reivindicação, uma comunitária foi contratada para assumir a função de merendeira, a fim de auxiliar a professora.

“É o primeiro ano que nós temos, que foi contratada a cozinheira para a nossa escola, ela já me ajuda mais nessa parte da administrativa da escola em termos de serviço geral. A gestora sou eu mesmo. Eu que sou a professora, a gestora, eu que coordeno a escola. A parte administrativa da escola tudo é eu que organizo, eu corro atrás. E aí como ela já está junto comigo, agora mais uma funcionária, nós já somos duas” (I, 2024).

Essas questões são discutidas por Oliveira, Silva e Prints (2022) quando abordam sobre as especificidades da educação ribeirinha, destacando as dificuldades enfrentadas, principalmente em relação à precariedade na infraestrutura das escolas, tanto física como de profissionais, e a carência de recursos básicos que possibilitem o bom funcionamento escolar. Lima (2024) também aponta como especificidade dessas regiões as salas multisseriadas, que ocorrem em virtude da menor densidade populacional para a formação de turmas com a mesma faixa etária, além das especificidades do território.

O Remijo não está aquém dessa realidade, a escola possui uma estrutura física que precisa de reparos, e possui apenas duas funcionárias, incluindo a professora e a auxiliar de serviços gerais. Os insumos e materiais, ainda que escassos, são disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Parintins. “A merenda, os materiais didáticos, né? Sempre a escola está recebendo livros, livros literários, todo o apoio assim que nós precisamos pra trabalhar com as crianças, né? Pincel, lápis, caderno, bolsa, esse ano nós ganhamos bolsa, o kit das crianças com bolsa, com caderno, lápis, pincel, tudo isso as crianças receberem. Então esse suporte que eles dão pra gente, na parte administrativa” (I, 2024).

É evidente nas falas da professora que seu trabalho deve-se adequar às especificidades da comunidade, seja pela composição da sala, pelos recursos disponíveis, pela presença (ou não) de outros profissionais da educação, além das questões culturais e relação com o ambiente.

“Eu faço o círculo e todos estão aprendendo [...] todos estão ouvindo e aprendendo. E aí eu tento consolidar todos os assuntos em só um momento. Aí depois eu explico e pergunto deles se eles entenderam ou não. Eu procuro sempre falar aqui da nossa realidade, eu conto a história da nossa comunidade e aí vou tentando relacionar com os assuntos que eu preciso passar pra eles.” (I, 2024). Nesse sentido, Lima (2024) destaca que educação ribeirinha deve ser desenvolvida de acordo as particularidades culturais e sociais das comunidades, respeitando e integrando os saberes tradicionais ao currículo escolar, de forma que garanta uma educação inclusiva e de qualidade.

Em relação ao trabalho da ACS, também destaca que suas atividades se adequam às especificidades da comunidade: “Trabalho com hipertenso, diabético, grávida, idoso, criança. A gente trabalha, a gente acompanha essas pessoas no dia a dia deles. E a gente tem que fazer nossas visitas diárias. Todos os dias a gente faz visita.” (J, 2024)

É válido ressaltar que os serviços de saúde na comunidade são assumidos pela ACS, pois a comunidade não dispõe de outros profissionais de saúde, não possui transporte fluvial próprio, conhecido como ambulancha, tampouco uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Essa é uma realidade comum em comunidades ribeirinhas, o profissional de referência na saúde é o ACS, pois a permanência de profissionais como médicos e enfermeiros nessas regiões é muito rotativa, e a maioria das comunidades não possuem UBS. Dessa forma, para receber atendimento médico precisam se deslocar para a comunidade mais próxima, onde há UBS, ou para o município de referência. (Reis *et al*, 2020; Santos *et al*, 2021)

“Aqui na comunidade não tem a UBS, tem no São Tomé, uma comunidade vizinha. É 45 minutos de barco, de canoa, de rabeta a gente vai. Aí a gente chega lá, só na segunda-feira que tem médico, atendimento médico, enfermagem, vacina, preventivo, dentista. Tem dia de segunda-feira. Aí nós como agente comunitário de saúde a gente tem que convidar os nossos comunitários para ir lá. Se quando precisa a gente vai, para levar algumas pessoas que estão precisando de atendimento médico, dentista, essas coisas.” (J, 2024).

Sobre o transporte para chegar até a UBS da comunidade São Tomé, são os dos próprios comunitários, como destaca a ACS: “a comunidade a gente se reúne e vê como a gente fica melhor para a gente ir lá, para chegar até lá. Qualquer pessoa que tem um barco, dá pra gente. A gente vai, compra gasolina ou diesel” (J, 2025). É importante destacar que, quando há necessidade de solicitar o transporte da ambulancha, os comunitários enfrentam dificuldades de estabelecer contato com a comunidade próxima, a qual disponibiliza o transporte, tendo em vista que o orelhão é o único meio de contato disponível, e algumas vezes apresenta problemas no funcionamento. A utilização do transporte próprio para chegar até o atendimento de saúde é abordado na pesquisa Santos *et al* (2021), os autores destacam o fluxo de ribeirinhos para receber atendimento médico e citam a utilização de transporte próprio para chegar até as comunidades vizinhas e/ou município de referência.

A ACS descreve também a realização das visitas domiciliares como parte das suas atividades de trabalho, afirmando que em alguns casos necessita utilizar transporte fluvial para a realização dessa atividade. Nesses casos realiza seu trabalho com o auxílio do marido e com transporte próprio. As demais visitas, ela realiza caminhando de casa em casa percorrendo toda a comunidade.

“Quando é aqui na comunidade eu vou sozinha mesmo. Mas quando é preciso ir de canoa, de rabeta. Aí o meu marido já vai comigo. Aqui na comunidade vou andando mesmo. Aí tem outras casas que precisa de canoa, pra a gente tá atravessando, de rabeta, aí eu já preciso de ajuda, pra ir comigo porque eu não vou sozinha de rabeta” (J, 2024).

Todas as falas apresentadas até aqui mostram as múltiplas atividades que as mulheres desenvolvem em seu cotidiano. A esse respeito, a fala de uma das ribeirinhas que participou das oficinas, chamou atenção ao afirmar que “o trabalho pra mim é um esporte” (Diário de campo, 2024). Inicialmente, essa comparação pode ser associada a uma atividade de lazer, prazerosa. Contudo, no decorrer da discussão, entendeu-se que estava se referindo aos esforços que realizam durante as atividades, esforço físico e mental, que se somam em esforços diários em busca de melhores condições de vida, assim como no esporte. “É um esporte assim, porque a gente faz muita coisa e se esforça pra dar conta de tudo, aí a gente fica meio cansadinha” (Diário de campo, 2024).

Diante do exposto, é irrefutável que o trabalho desenvolvido pelas mulheres da comunidade é polivalente. Reis, Nina e Ferreira (2021) destacam a polivalência das atividades considerando que, além das atividades domésticas, participam de grupos de produção, se envolvem em atividades políticas e culturais, articulam, organizam e mobilizam movimentos na comunidade. O que põe em destaque sua importância tanto para o desenvolvimento familiar, quanto comunitário.

Federici (2019) em sua obra “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista”, relaciona a luta das mulheres com a superação da visão de exploração das mulheres no capitalismo através do trabalho doméstico, inserindo a figura feminina como protagonista na luta de classe como sujeito da (re)produção da força de trabalho. A autora cita o cercamento de terras durante o processo de instauração do capitalismo como um marco do movimento feminista no campo, que foi de grande contribuição para o início da busca pela emancipação e reconhecimento das mulheres rurais.

Baseado no entendimento de que o trabalho abarca dimensões sociais que ultrapassam as barreiras capitalistas, não se pode negar que o trabalho está imbricado no cotidiano da mulher ribeirinha, em suas múltiplas atividades. E nesse processo cotidiano ela também constrói sua identidade e suas relações sociais. Sendo o trabalho parte indissociável do cotidiano ribeirinho, pois engloba todos os aspectos da vida, inclusive a saúde, que também está inserida nesse cenário.

Dessa maneira, é possível afirmar que a interligação entre cotidiano, trabalho e saúde se associam ao conceito de saúde no seu sentido mais amplo, para além do processo saúde-doença

e considerando todos os fatores que envolvem sua determinação. Assim, da mesma forma que o trabalho, a saúde ribeirinha possui especificidades que merecem ser destacadas, o que será discutido no tópico seguinte.

### **4.3 O processo saúde-doença e as práticas de saúde no Remijo**

Para falar de saúde no seu sentido mais amplo, este estudo parte da discussão sobre os determinantes sociais da saúde apresentados por Borghi, Oliveira e Sevalho (2018). Para os autores a determinação social do processo saúde-doença incorpora o modo de produção, a formação social, a reprodução social e as classes sociais como matrizes desse processo e para a compreensão dessa determinação social utilizam-se da dialética como base metodológica.

Ultrapassando a visão biomédica centrada unicamente no corpo biológico e na ausência de doença, vale destacar que a determinação social da saúde não exclui as características individuais, mas a inserem em uma visão que correlaciona o social e o biológico através de um olhar de crítico sob coletividade dentro de um cenário social e político, relacionado ao processo saúde-doença e sua determinação social. (Borghi, Oliveira e Sevalho, 2018).

Dessa forma, entende-se a saúde como um processo heterogêneo, composto de múltiplos fatores que integram os modos de vida dos indivíduos. Ao relacionar essa concepção com as práticas de saúde ribeirinha, deve-se considerar as especificidades do território e do povo ribeirinho, seu cotidiano e modo de vida. Entendendo o trabalho como parte desse cotidiano e como um canal de saúde ou adoecimento, Nina e Moraes (2018) desenvolveram uma pesquisa com mulheres trabalhadoras rurais e concatenaram o processo de trabalho com o processo saúde-doença, enfatizando o modo de vida das trabalhadoras, sua cultura e saberes, associados aos processos de trabalho e saúde.

Essa relação também foi identificada durante as entrevistas com as mulheres do Remijo, que destacaram em suas falas características que remetem ao conceito de determinação social da saúde, incluindo sua individualidade, coletividade, os serviços públicos de saúde e práticas tradicionais de saúde. Ao citarem seus cuidados com a saúde é perceptível a presença da prática biomédica e da prática tradicional como um conjunto de práticas que compõe o processo saúde-doença, ultrapassando a ideia de dualidade ou complementaridade dessas práticas, e entendidas como paralelos em busca de um único objetivo: ter saúde.

Nogueira e Mainbourg (2010) destacam que estar doente e ter saúde vai além dos aspectos biológicos, mas compreende a um processo sociocultural permeado pelas relações que o indivíduo estabelece com o meio ambiente e sua cultura. Nesse sentido, para os povos ribeirinhos, estar doente significa a impossibilidade de realizar suas atividades cotidianas.

A fala de O retrata essa situação quando afirma que: “O dia que me ver na rede mana, é porque o negócio não tá fácil. De noite se eu sinto uma dor na costa, se eu sinto uma dor na cabeça, eu já quero que o dia amanheça, porque o dia amanhecendo pra mim já fica mais fácil. Eu já vou me levantar, já vou varrer, eu já vou cuidar das plantas, já venho lavar roupa, aí eu já esqueço aquelas dores. É o meu remédio” (O,2024).

Assim, para compreender as práticas de saúde das mulheres do Remijo adentrarmos no barco que singra as águas do Rio Uaicurapá, navegando pelos cuidados de saúde dessas mulheres e as vias de compreensão da relação saúde-doença que aproam nosso barco na discussão aqui apresentada.

#### 4.3.1 – Trabalho e saúde: a ACS como referência dos serviços de saúde disponíveis na comunidade.

A compreensão da saúde como a ausência de doença tem uma carga histórica, onde a supremacia da medicina biomédica se instaurou e difundiu a ideia de que o “conceito da doença se assemelharia à avaria num aparelho, num relógio humano e, ao médico, como um bom mecânico, caberia a reparação” (Minayo, 1988), dando centralidade ao corpo biológico e seu funcionamento.

Nesse sentido, Bezerra *et al.* (2023, p. 5) defendem um conceito de colonialidade mediante os debates sobre saúde. Para os autores, a legitimação da supremacia das ciências da saúde, se deu por meio do positivismo, ocidentalismo e racionalismo, somados aos avanços científicos modernos, “colonizando corações e mentes sobre o que e como é ter saúde” centralizado no corpo biológico. Ou seja, esses conceitos levaram a compreensão de saúde era cuidar do corpo biológico para não adoecer, concebendo a saúde como ausência de doença.

Ao serem questionadas sobre seus cuidados de saúde, as mulheres logo se reportavam a doença, ou a ausência dela, reforçando a ideia de supremacia da biomedicina como régua de medida na determinação da saúde. Na fala de E observa-se algumas dessas características, pois destaca a busca por tratamento mediante uma doença.

“Eu já foi em Manaus já, quase morro de derrame. [...] Foi no tempo da Covid. [...] Mana eu fiz tanto exame, tanto exame, em Manaus como em Parintins, mas foi tanto” (E, 2024).

A fala de O também retrata essa relação saúde-doença quando traz o trabalho como um fator que pode influenciar no surgimento de doenças, ao citar suas dores nas costas em virtude da atividade de costura: “Um pouco da costura né, agora eu tô sentindo na minha costa. Porque eu ouvi dizer que quanto o tempo da gente muito costura, e muitos, muitos anos já costuro, né? É como eu tô falando, às vezes eu pego das 7h às 11h, de uma hora até aquele horário, aí eu já sinto que canso um pouco a minha costa” (O, 2024).

Nesse contexto é válido destacar que o não reconhecimento da mulher como trabalhadora rural resulta na desassistência de seus direitos sociais. Meus e Ethur (2021) destacam que as atividades das mulheres raramente são reconhecidas como trabalho, sendo na maioria das vezes apontados como ajuda aos pais ou cônjuges. Por assumirem esse caráter de ajuda e por muitas vezes não gerar produtos tangíveis de comercialização, as mulheres enfrentam dificuldades de comprovar suas atividades rurais, pois se confundem com as tarefas domésticas, mesmo com o aumento da liderança de mulheres nos estabelecimentos de agricultura rural (Lima e Garcia, 2023).

Pastorio e Roesler (2019) destacam que é fundamental o reconhecimento dessas mulheres enquanto trabalhadoras para que possam ter acesso ao direito de aposentadoria, acesso a terra, de forma que lhe proporcione condições dignas de vida.

Outro ponto nesse processo de reconhecimento das atividades das mulheres como trabalho está relacionado aos seus cuidados de saúde, afinal o trabalho é indissociável da saúde, seja como provedor de saúde ou causador de doença e esses aspectos são perceptíveis nas falas das mulheres entrevistadas.

A ribeirinha I, ao ser questionada sobre suas atividades cotidianas em relação a saúde, apontou sua reflexão: “O que que eu vou falar sobre a minha saúde, como que eu fico diante dessa correria, né? No dia a dia. Olha, a gente sente que a gente não é de ferro, né?” (I, 2024).

Nina e Moraes (2018, p. 162) destacam que o “trabalho pode se tornar patógeno quando as situações de trabalho são marcadas pelas pressões, sobrecarga, rigidez [...]”. As autoras destacam que as populações rurais se tornam mais vulneráveis a problemas de saúde relacionados ao trabalho, tendo em vista que essas situações se somam às especificidades da área rural amazônica. A relação trabalho-saúde-doença sofre interferência da natureza, do ambiente de trabalho, do modo de vida, do acesso aos serviços de saúde, da construção social, dentre muitos outros fatores que se articulam aos determinantes sociais desse processo.

Reis *et al.* (2021) apresentam algumas situações que podem ocorrer nas comunidades ribeirinhas em relação as condições de saúde e trabalho que são citados em estudos científicos, destacam acidentes de trabalho que vão desde

[...] lesões superficiais à lacerações profundas com perda temporária de função, ataques de animais peçonhentos e selvagens, dores de cabeça e vertigens em virtude das longas horas expostas ao calor ou ao sol, sobrecarga de trabalho, ansiedade, estresse, dores no corpo, reumatismo, dor no braço e nas costas, seja por movimentos repetitivos, angulações adotadas durante alguns movimentos, tempo de realização de um mesmo movimento ou posturas adotadas durante a atividade. (Reis *et al.*, 2021, p.103)

Os acidentes são citados também na fala da agente comunitária de saúde da comunidade, a qual afirma “Às vezes acontece algum acidente, alguma dor. E eles me chamam para me ver o que está acontecendo. É corte, é queda. Essas coisas que acontecem muito no interior. Muitas vezes eles caem, se batem, aí tem corte. As vezes tem mordida de cobra né?! Aí a gente tem que levar para Parintins, quando a gente vê que não dá para atender aqui.” (J, 2024).

Essas situações estão relacionadas as atividades diárias desenvolvidas na comunidade seja no plantio, na caça, na pesca, que fazem parte do modo de vida ribeirinha. E que também aparece nas falas das mulheres em relação a saúde, ao citarem as dores de cabeça, cansaço pela jornada de atividades diárias, entre outras situações.

“Eu sinto, eu sinto cansaço no meu corpo quando eu saio da escola porque é uma sala multietapas, né? Que não dá pra ficar sentada, né? Toda hora eu tô em pé, é difícil eu sentar atendendo as crianças, então eu sinto que o meu corpo fica cansado, a minha mente fica cansada, né?” (I, 2024).

Baseadas na teoria de Dejours, sobre a psicodinâmica do trabalho, Nina e Moraes (2018) apresentam o trabalho como central na vida humana e valorizam sua dimensão subjetiva. Nessa perspectiva o sofrimento é inerente ao trabalho, o que pode desencadear em adoecimento. No âmbito rural esse sofrimento, em especial no trabalho das mulheres, decorre da organização e divisão das atividades, sendo agravado pelo acúmulo de atividades por elas assumidas. As condições de trabalho no meio rural se tornam mais vulnerais os adoecimentos. Como pode ser observado na fala da ribeirinha O:

“[...] porque eu vivo muito na beira, depois tô com dor na perna, tô com dor nisso, dor naquilo” (O, 2024).

A fala da ribeirinha diz respeito ao período em que lava roupas no rio, esse relato se assemelha aos descritos por Maciel *et al.* (2023) que em sua pesquisa aborda trabalhadores de juta que também ficam com as pernas submersas na água e a cabeça exposta ao calor do sol,

mesmo que coberta. Essa situação pode ocasionar dores por movimentos repetitivos, dores na coluna lombar, pernas, mãos e braços, conforme relatou O.

Essas dificuldades também são descritas por E ao falar dos sofrimentos que enfrenta em virtude de suas atividades: “Me cansa, meu braço aqui cansa. Isso aqui meu cansa. (tocando no braço onde sente dor) [...] Rum, já sabe como é as coisas né? A gente lava a roupa, faz tudo. Cansa a gente. Eu que tiro andiroba, fevo tudinho. Daí pra tirar mana, rum... Dói a costas da gente. Pega a faca vai cortando. Trabalha que só nisso daí” (E, 2024).

Essas condições de trabalho estão relacionadas não somente ao ambiente onde desenvolvem suas atividades, que possuem suas especificidades pelo cenário amazônico, mas tem relação também com a formação sócio-histórica e cultural que molda a divisão dos trabalhos ribeirinhos. Nesse sentido, Alencar *et al.* (2020) destacam que a divisão do trabalho no âmbito rural afeta diretamente o trabalho das mulheres, reforçando sua invisibilidade e a desigualdade na divisão de papéis entre mulheres e homens.

Diante disso, observa-se que a relação entre trabalho, saúde e doença apresentada pelas mulheres ribeirinhas do Remijo evidencia a necessidade de abordagens que integrem os determinantes sociais da saúde, considerando gênero, território e cultura como elementos centrais de análise. Dando assim visibilidade aos processos subjetivos e objetivos dos diversos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres (Silva *et al.*, 2024).

A cartilha “Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direito e participação social” fala da importância de reconhecer a singularidade das mulheres a partir do seu jeito próprio de cuidar da vida e da saúde, o que está diretamente ligado às suas condições de vida e de trabalho e que reverbera na busca por uma política de saúde pública e universal condizente com seu modo de vida (Brasil, 2015). Nina e Moraes (2018) também afirmam a necessidade da execução de políticas de saúde que reconheçam e incluam os determinantes sociais de saúde nas especificidades dos modos de vida e trabalho das comunidades ribeirinhas.

Atualmente os serviços de saúde pública disponibilizados para a comunidade do Remijo são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Parintins. A comunidade não possui Unidade Básica de Saúde (UBS) para receber atendimento médico é necessário se deslocar até a comunidade São Tomé, onde há uma UBS que atende aos comunitários com serviços de consulta médica e odontológica, vacinação, curativos, entre outros serviços. A comunidade tem acesso também de uma ambulância<sup>3</sup> para o transporte até a sede do município quando

---

<sup>3</sup> São ambulâncias fluviais, ou seja, barcos geralmente feitos com canoas de alumínio, movidas a motor, que são utilizadas como ambulâncias para transportar os usuários dos serviços de saúde.

necessário. Conta ainda com os atendimentos da Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) “Lígia Loyola” que seguem um calendário de visitação nas comunidades rurais do município de Parintins.

É importante ressaltar que o atendimento realizado pela UBSF enfrenta dificuldades de acesso às comunidades no período da seca, não sendo capaz de chegar às comunidades mais distantes que sofrem com a seca extrema do rio. Além disso, o município conta com apenas uma UBSF que faz a cobertura das mais de 100 comunidade rurais de Parintins, o que interfere na frequência dos atendimentos. Na maioria das vezes a UBSF aporta em uma comunidade de referência para atender as mais próximas, de forma que consiga ampliar a cobertura dos atendimentos.

Soares *et al.* (2021) traçam um mapeamento sobre o sistema de saúde ofertado para as comunidades rurais do município de Parintins. Os autores identificaram 115 comunidades localizadas entre as áreas de várzea e terra-firme, dentre essas comunidades citam o Remijo, que integra as comunidades da região do Rio Uaicurapá. Embasados nas informações da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins (2019), apontam que a Unidade de Referência das comunidades do Rio Uaicurapa é a UBS Cassiano Carmo, localizada na comunidade Maranhão<sup>4</sup>. Contam ainda com a UBSF e com o Centro de Saúde Dr. Toda que é referenciado a estas comunidades na sede do município.

Figura 15 - ACS em visita domiciliar



Fonte: Própria autora (2024)

---

<sup>4</sup> A UBS do São Tomé, citada pelas mulheres desta pesquisa foi instaurada a pouco tempo.

Além desses serviços, é importante destacar o atendimento desenvolvido pela Agente Comunitária de Saúde (ACS) que é a profissional de referência de toda comunidade, uma mulher, ribeirinha, natural do Remijo. A ACS da comunidade é responsável pelas visitas nas residências das famílias, desenvolve um trabalho de orientações para prevenção de doenças e promoção da saúde. A Figura 16 mostra uma visita domiciliar realizada pela ACS.

Ao relatar um pouco sobre sua rotina a ACS destacou que por ser o contato direto dos comunitários com os serviços de saúde ela precisa estar sempre a disposição em casos de emergência:

“A gente tem que estar disponível para a comunidade, para os comunitários. A hora que eles precisem da gente, a gente vai atender o chamado deles. Quando precisa de ambulância, a gente tem que chamar ambulância. Quando precisa de atendimento médico, a gente tem que levar” (J, 2024). O ACS é o único profissional de saúde que precisa estar presente diretamente na comunidade, por esse motivo opta-se por ser um morador da comunidade, para que assim possa fazer a cobertura total de acompanhamento das famílias (Reis *et al.*, 2021).

Quando se fala de saúde ribeirinha dá-se destaque as dificuldades de acesso enfrentadas por esse povo, a influência da sazonalidade das águas, as questões do ambiente em que estão inseridos, as suas peculiaridades socioculturais, dentre muitos outros fatores que compõem os determinantes sociais de saúde e que condicionam o processo de saúde. Assim, fala-se também da necessidade se repensar o Sistema Único de Saúde de forma a viabilizar políticas voltadas para as especificidades desse povo.

No entanto, para além das dificuldades enfrentadas pelos ribeirinhos, no que diz respeito aos serviços públicos, o processo saúde-trabalho também aparece nos discursos das mulheres como provedor de saúde. Afinal, mesmo com a sobrecarga das múltiplas tarefas assumidas pelas mulheres, que podem acarretar dores de cabeça, dores do corpo, cansaço, mal-estar, estresse e ansiedade.

A sobrecarga de trabalho aqui refere-se ao acúmulo de atividades que as mulheres assumem no cotidiano, sejam atividades domésticas de cuidado com a casa, filhos, família, ou as atividades externas ao ambiente doméstico como na agricultura ou outras atividades. Essa carga excessiva das múltiplas atividades pode configurar adoecimento para as mulheres (Nina e Moraes, 2018). No entanto, nas falas das entrevistadas, quando destacam que apesar do cansaço, das multitarefas que assumem diariamente, é no desenvolvimento de suas atividades que se sentem bem e saudáveis.

“Tem dias que eu amanheço que eu não quero, entendeu? ‘Ai hoje eu não quero’. Mas eu tenho que ir, mas depois que eu estou lá, meu corpo fica se movimentando, meu sangue fica (faz gestos com os braços) né? Aí passa tudo, passa aquela falta de ânimo, passa tudo. Me faz bem” (M, 2024).

Essa percepção nos remete à psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours, que destaca a relação do trabalho não apenas com o sofrimento e a doenças, mas sua subjetividade torna-se propulsora para transformar o sofrimento em prazer. Para isso “o sujeito mobiliza-se recorrendo à inteligência prática e à cooperação, construindo soluções, ultrapassando os revezes e, assim, conseguindo executar bem seu trabalho” (Maciel *et al.*, 2023, p. 4). A esse respeito as ribeirinhas destacaram que:

“Só tomo o remédio mesmo quando o negócio já está mesmo, que eu vejo que não tô me aguentando, aí eu corro por remédio. Mas durante isso não. Eu venho pra beira, lavo uma roupa, eu tô lá em terra, eu tô varrendo, eu tô mudando terra de planta, eu tô roçando por ali, aí vai esquentando o corpo, a dor vai passando.” (R, 2024).

“Às vezes a gente quer... Eu quero deitar, né, me descansar. Aí dói a cabeça, dói isso. Aí eu tenho que fazer visita. Eu levanto, tomo banho e esqueço tudo [...] às vezes eu sinto dificuldade de sair. De sair, né. ‘Ai meu Deus, está muito quente’. Aí eu sinto aquela dificuldade de sair. Depois que sai, pronto. Aí eu não quero mais voltar. (risos)” (Sra. E, 2024).

Esse processo de reconhecimento das atividades diárias como provedoras de saúde pode assumir um caráter de normalidade, no sentido de ser necessário enfrentar, desencadeando no surgimento de patologias, o que se tornar prejudicial a ponto de ignorar a presença das enfermidades e não buscar pelos cuidados necessários. Em contraponto, é nesse cenário que constroem laços de amizade, convivência social e firmam sua identidade e cultura, o que reafirma suas atividades como promotoras de saúde. (Nina e Moraes, 2018).

Emergem também nos discursos das mulheres elementos de resistência e saberes populares. Práticas como o uso de chás, o repouso e a escuta do próprio corpo demonstram formas de cuidado que coexistem com os saberes biomédicos e se manifestam de modo contínuo em seu cotidiano.

É indiscutível que os povos ribeirinhos têm estreita relação com a natureza e que dela extraem não apenas seu sustento, mas a utilizam como meios de cura, práticas tradicionais que são culturalmente passadas de geração a geração. Essa é uma realidade muito forte vivida pelos povos ribeirinhos da Amazônia (Nogueira e Mainbourg, 2010; Araújo *et al.*, 2023). Assim, serpenteando a floresta, apresenta-se a discussão sobre essas práticas de saúde.

#### 4.3.2 As práticas tradicionais de saúde: “Eu vou fazendo o remédio, fazendo uma fricção, fazendo um chá, dando isso, dando aquilo...”

Apesar do avanço das tecnologias e da hegemonia do modelo biológico no que diz respeito aos cuidados de saúde, nas comunidades ribeirinhas as práticas populares e tradicionais nunca perderam força, sendo na maioria das vezes a primeira via de cuidado utilizada. Essas práticas têm origem na diversidade cultural dos ribeirinhos, em suas experiências vividas e baseadas em uma memória coletiva que molda sua compreensão de mundo. Dentre essas as práticas populares de saúde destacam-se a utilização de plantas para fins medicinais, a atuação de parteiras tradicionais, benzedeiras, rezadeiras e puxadoras de ossos<sup>5</sup> (Pimentel *et al.*, 2021; Patrício *et al.*, 2022). A forte presença desses métodos de cuidado foi observada nas falas das mulheres ribeirinhas do Remijo durante as entrevistas.

“O exercício de fazer as coisas do dia a dia, a gente mexe com todo o corpo, né? [...] É porque é difícil eu me, assim, adoecer. Todo mundo adoece mas assim, quando eu adoço eu não vou lá com ela não, pedir remédio não, eu só vou quando eu já tô bem, bem coisa mesmo. Mas aí é difícil eu sentir alguma coisa. Às vezes que eu sinto uma dor de cabeça, mas a gente procura tomar um chá, se quietar mesmo, né? A gente melhora, graças a Deus” (M, 2024).

A ribeirinha M apontou que buscar pelos serviços de saúde não é sua primeira opção, e sim a utilização das práticas tradicionais de saúde, como o consumo de chás. A preferência da busca por práticas tradicionais de saúde dentro de uma comunidade ribeirinha possui relações culturais e ancestrais, principalmente ao levar em consideração a conexão que existe entre homem e natureza. Patrício *et al.* (2022) destacam que a utilização de plantas medicinais tem raízes históricas e culturais, pois durante muito tempo, por meio de práticas empíricas, as plantas foram utilizadas como remédios e capazes de curar enfermidades. Contudo, isso sofreu transformações ao longo dos séculos, principalmente com o surgimento do conhecimento científico e instauração do modelo biomédico, o que interferiu e desvalorizou as práticas tradicionais de saúde.

Apesar de todo esse processo histórico no Remijo, assim como na maioria das comunidades ribeirinhas, as práticas tradicionais de saúde assumem papel relevante. Por terem

---

<sup>5</sup> É uma pessoa que utiliza uma técnica de massagear os ossos de pessoas que sofrem algum tipo de lesão ou luxação (Júnior e Silva, 2020).

um modo de vida próprio, permeado pela sua estreita relação com a natureza e grande valorização cultural, é comum e frequente que essas práticas sejam utilizadas. A cartilha “Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social” desenvolvida pelo Ministério da Saúde em 2015 destaca essa relação das mulheres ribeirinhas e as práticas de saúde ao afirmar que

As mulheres do campo, da floresta e das águas têm sua vida fortemente marcada pelas características dos lugares onde vivem. Estas mulheres têm um jeito próprio de cuidar da vida e da saúde, que se expressa nas práticas populares de cuidado que desenvolvem articuladas com a luta por uma saúde pública e universal, que repercute no modo de viver no campo, na floresta e nas águas (Brasil, 2015)

As ribeirinhas O, R e J dão ênfase à sua busca por essas práticas tradicionais:

“As vezes tá com uma dor de barriga ali, ‘olha, toma isso daqui que é bom’, ‘bota uma casca de pau que é bom’. Aí eu vou fazendo o remédio, fazendo uma fricção, fazendo um chá, dando isso, dando aquilo” (O, 2024).

“Ah, mas a minha saúde, mana, eu faço muito remédio caseiro. Eu faço chá, assim de pau, né? Eu coloco, eu fevo, aquilo bem fevidinho, coloco dentro do cocão na geladeira pra mim ir tomando. Três vezes ao dia eu tomo, isso que eu faço” (R, 2024).

“Não tem aquela frutinha de gergelim? Tudo, se eu pilo só um pouquinho, boto na água e tomo. Até banha de jacaré eu boto um pinguinho, no café eu tomo. Banho de boto, mana, tudo” (E, 2024).

É importante destacar que, aqui, as práticas populares de saúde não são compreendidas como complementares, ou substitutivas nas localidades onde há dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde. Ao contrário, são práticas que fazem parte do cotidiano da vida em comunidade e coexistem em um território com a presença de práticas biomédicas. (Pimentel *et al*, 2021).

Levando em consideração a importância da afirmação das práticas tradicionais como valorização da cultura desses povos e sua coexistência com as práticas biomédicas, torna-se necessário o reconhecimento e integração dessas práticas nas políticas de saúde. Assim, em 2013, publicou-se a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEP), mostrando a potência e relevância dessas práticas. A política busca o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de metodologias e tecnologias que visam a promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do diálogo entre os diferentes saberes (Brasil, 2013).

Na comunidade Remijo, assim como existe a disponibilidade de acesso aos serviços públicos de saúde, principalmente através da ACS, as práticas tradicionais se desenvolvem em

conjunto com a atuação dessa profissional. Costa *et al* (2023) destaca a importância da integração entre a ACS e as parteiras, como forma de afirmação da cultura e do conhecimento, em articulação com os serviços públicos do SUS.

“Aqui a gente não trabalha com remédios, né. Só remédio caseiro. Eles (se referindo aos profissionais de saúde) não aconselham que a gente faça remédio caseiro. Mas a gente faz. Eu trabalho 18 anos com isso, como ACS. E a gente acaba aprendendo a fazer remédio. Aquelas pessoas mais idosas vão ensinando pra gente. A gente acaba aprendendo a fazer remédio. A maioria das vezes é isso. Tem a parteira, ela sabe muito remédio caseiro, ela conhece muito, trabalha muito com remédio caseiro. Eu sempre vou também com ela. A dona Raimundinha também, ela não tá aqui agora mas, ela trabalha muito com essas coisas: chá caseiro, puxação.” (J, 2024).

A fala da ACS destaca a resistência dos profissionais de saúde na utilização das práticas tradicionais de saúde. A esse respeito Patrício *et al.* (2022) apontam dois fatores que contribuem para essa resistência dos profissionais, em especial médicos. Os autores afirmam que a insuficiência e a falta de aprofundamento no conhecimento das práticas tradicionais de saúde implicam na sua não adesão e na desvalorização dessa forma de cuidado. Além disso, os profissionais alegam que a origem desse conhecimento é superficial e não possui aprofundamento científico, o que traz insegurança para a prescrição desses tratamentos.

A parteira, também destaca em sua fala da parteira a resistência dos profissionais da saúde na adesão de suas práticas: “Olha, eu não tô mais fazendo parto, porque pediram pra parar né?! E também pela minha idade, assim. Mas me procuram muito mana, pra puxar barriga, desmentidura né? E eu atendo” (R, 2024).

É válido ressaltar que a utilização de plantas medicinais é regulamentada no SUS por meio da (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, entendidas como uma forma de tratamento que valoriza o saber popular (Patrício *et al.*, 2022). Assim como as parteiras tradicionais, que são reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde, mas que não são aceitas e não recebem apoio das gestões públicas, predominando a hegemonia do modelo biomédico nos serviços de saúde, onde o gestar e o parir são institucionalizados e o parto domiciliar é considerado de risco (Costa *et al.*, 2023)

Diante disso, é fundamental que os profissionais da saúde recebam ainda em sua formação mais conhecimentos a respeito dessas práticas, de forma a garantir “o resgate de saberes populares, favorecendo formas de cuidado holístico que promovam sustentabilidade, valorização do autocuidado e participação ativa do paciente em todo o processo” (Patrício, 2022, p. 678). Para Costa *et al.* (2023) a assimetria de poder entre profissionais de saúde e as

práticas populares é o principal desafio para a integração, reconhecimento e aceitação dessas práticas no SUS.

Contudo, esses desafios não eximem a importância e a confiabilidade que as práticas tradicionais assumem no dia a dia das mulheres do Remijo. Como foi destacado na fala da ribeirinha J, essas práticas são culturais e passam de geração a geração, os mais jovens aprendem com os mais idosos, e assim se perpetua esse conhecimento ancestral e secular. A figura 17 mostra um canteiro de ervas utilizadas para a realização de remédios caseiros, como são chamados pelas ribeirinhas. É comum que em meio as pequenas plantações nos domicílios se encontrem as plantas utilizadas para fins medicinais.

Figura 16- Canteiro de ervas na canoa



Fonte: Própria autora (2024)

Araújo *et al.* (2023) pondera que as plantas medicinais, fortemente difundidas na Amazônia, são utilizadas não somente como alimentação ou tratamento de doenças, como também para auxílio no parto, rituais místicos e religiosos, amuletos de proteção, que buscam a cura por meio das plantas. Corroborando com Costa *et al.* (2023) ao afirmarem que essas características constroem a complexidade que as práticas tradicionais de saúde carregam. Os autores citam o conhecimento diferenciado das parteiras em relação ao corpo, conhecimento esse que é adquirido por si, ou por meio de outras parteiras. A parteira da comunidade Remijo afirmou que a arte de partejar não foi ensinada a ela, mas recebida como dom.

“É meu dom mesmo. Porque o meu avô, ele era sacaca daqueles mesmos, e tudo ele sabia. E nós puxamos pro lado dele. O meu irmão puxa bem desmentidura e eu já sou parteira de nascença. Ninguém me ensinou” (Diário de campo, 2024).

Reconhecer a atuação das parteiras, rezadeiras e benzedoras vai além da questão sociocultural, de identidade e vínculo com o território, mas abrange também um aspecto espiritual e místico, que utiliza do poder da natureza para meios de cura.

Observa-se o protagonismo das mulheres nas atividades de puxação, na produção de remédios caseiros e na realização de partos. Júnior e Silva (2020) destacam que apesar da existência de homens que dominam essas práticas, a prevalência é das mulheres. Os autores associam esse protagonismo às funções que são designadas como femininas dentro do contexto rural, tendo em vista que se entrelaçam com o cuidar, curar e trazer crianças ao mundo. Essa visão reforça mais uma vez a divisão das atividades entre homens e mulheres no âmbito rural, além de reforçar a polivalência das mulheres, visto que essas práticas se unem as demais atividades que desenvolvem no seu cotidiano.

Portanto, reconhecer e valorizar a riqueza das múltiplas potencialidades culturais que as mulheres ribeirinhas amazônicas carregam, no que tange ao cuidado em saúde, pode se tornar um meio de superação da dualidade entre as práticas biomédicas e tradicionais, além de ser um meio de superação das desigualdades de gênero nesse cenário. Araújo *et al.* (2023), destaca a importância de se considerar a dimensão do valor cultural das práticas tradicionais dentro das discussões de saúde pública, entendendo a utilização dessas práticas como estratégias de resistência social e cultural, inclusas nos determinantes sociais da saúde. Colocando em evidência a importância e valorização das atividades desempenhadas pelas mulheres ribeirinhas

Observa-se que o protagonismo das mulheres ribeirinhas não ocorre apenas nas práticas de saúde, mas é vivenciado durante as atividades realizadas por elas em seu cotidiano, colocando-as em destaque no processo de socialização comunitária. Seguimos navegando nas águas do Uaicurapá e agora o barco aproa para discussão do protagonismo das ribeirinhas do Remijo.

#### **4.4 O protagonismo das mulheres no Remijo: “Não se pode começar e nem decidir nada sem a mulherada”**

Ao abordar o protagonismo feminino, encontra-se na literatura esse termo associado ao movimento feminista, a luta das mulheres pelo reconhecimento e efetivação de seus direitos na sociedade. Afinal, a história das mulheres foi e ainda é marcada pelas conquistas alcançadas por meio das lutas e movimentos sociais que garantiram acesso ao voto, à educação, saúde,

mercado de trabalho, habitação, divórcio, anticoncepcionais, a não violência, dentre muitos outros (Castro e Machado, 2016).

Quando se inclui nessa discussão as mulheres rurais o caminho não está aquém desse processo histórico, porém dá-se destaque principalmente ao trabalho na agricultura. Federici (2004; 2022) faz uma crítica à ascensão do capitalismo baseada na exploração das mulheres, seu corpo, sua força de trabalho, enfatizando o trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho, especialmente relacionado as mulheres rurais durante o processo de cercamento de terras e a acumulação primitiva.

O foco principal de Federici (2022) é incluir na discussão a importância do papel das mulheres na construção histórica da sociedade, envolvendo a luta de classes, partindo da teoria de Marx sobre o trabalho e o processo de acumulação capitalista. Para a autora o processo histórico da organização do trabalho reprodutivo, que foi naturalizado como exclusivamente feminino, se deu em virtude de um grande ataque ao poder social das mulheres. Nesse sentido, põe-se em pauta discussões a respeito do trabalho das mulheres rurais.

Autores como Grimm, Estevam e Salvaro (2022), Antônio *et al.* (2020), Meus e Ethur (2021), Schneide *et al.* (2019), entre outros autores contemporâneos, afirmam que o trabalho da mulher rural na agricultura possui uma carga histórica marcada pela invisibilidade de seu protagonismo mediante sua contribuição social, seja no âmbito do trabalho agrícola de subsistência quanto na comercialização. Os autores apresentam como um protagonismo silenciado pelo patriarcado, pela divisão sexual do trabalho e pelo trabalho reprodutivo que se perpetua até os dias atuais.

Por muito tempo o trabalho doméstico das mulheres rurais foi invisibilizado e naturalizado como “típicamente da mulher”, entendido como trabalho afetivo, pois se desenvolve no âmbito privado reprodutivo e diz respeito ao cuidado com a casa e a família. Assim, as múltiplas tarefas desenvolvidas pelas mulheres rurais em seu cotidiano, na maioria das vezes, não são reconhecidas como trabalho, tornando-se invisibilizado (Borzzone e Almeida, 2019; Antônio *et al.*, 2020). Essa invisibilidade também ocorre na esfera pública, porque além das múltiplas atividades que as mulheres assumem no âmbito privado ela também realiza trabalhos na agricultura em conjunto (ou não) como os homens, o que é entendido como “ajuda”, atividades auxiliares ao trabalho dos homens, e não sendo reconhecida como trabalho produtivo (Grimm, Estevam e Salvaro, 2022).

A invisibilização do trabalho das mulheres rurais acarreta muitas consequências para sua vida social, comunitária e familiar, principalmente em relação ao seu reconhecimento como trabalhadora e detentora de direitos. Enfrentam dificuldades em relação ao acesso a terras e a

aposentadoria, que foram direitos adquiridos por meio de muita luta, através dos movimentos sociais, sindicatos, cooperativas e associações protagonizadas pelas mulheres rurais. (Pastorio e Roesler, 2019).

Sales (2007) destaca a importância da participação das mulheres nesses espaços pois possibilitou um aprendizado coletivo, colocando em pautas de discussões as questões das mulheres rurais. A autora denomina esse processo como a inserção das mulheres rurais no campo político, o qual é definido por Bourdieu (1989) como um campo de forças e lutas que busca transformação a relação de força e estrutura desse campo em determinado momento.

Dessa forma, por meio da participação das mulheres nos movimentos e organizações as mulheres rurais foram ganhando espaço e conquistando visibilidade e reconhecimento, se estabelecendo como uma “categoria de luta na esfera dos direitos e por direitos” (Pastorio e Roesler, 2019).

Santos e Zimmermann (2019) apontam que foi a realidade no campo, as vivências, experiências e auto-organização das mulheres rurais que moldaram o que as autoras denominam de feminismo camponês popular, um movimento de luta pelo reconhecimento, emancipação e valorização das mulheres como cidadãs. Nesse sentido, Meus e Ethur (2021) destacam que as reivindicações políticas dos movimentos visando o desenvolvimento rural tem ressaltado o protagonismo das mulheres.

A partir desse cenário nota-se que o protagonismo pode ser associado ao conceito de militante e líder, levando em consideração o contexto histórico político que os circundam. O termo militante é utilizado para definir uma pessoa engajada, comprometida, defensora de determinada e/ou movimento. O conceito de líder segue esse mesmo viés, pois diz respeito a quem chefia, comanda e/ou orienta uma ação, grupo e/ou movimento. Já o protagonismo, é um termo utilizado na linguagem teatral para identificar o ator principal da peça, contudo, não existe uma literatura para esse conceito, que ultrapasse a análise de sua etimologia (Moura, 2017).

Volkweiss *et al.* (2019) ao discutirem sobre o protagonismo estudantil, associam o significado etimológico de protagonismo no sentido de participação, trazendo ao termo uma conotação mais democrática da ação social. Com base nesses conceitos, este trabalho compreende o protagonismo das mulheres ribeirinhas relacionado aos papéis que assumem na sociedade, adotando um caráter de destaque na construção social.

Nesse contexto, para se falar de protagonismo é fundamental que haja o reconhecimento desse perante a sociedade, assim faz-se necessário compreender os sentidos de reconhecimento, e para isso nos embasamos em Corá e Nascimento (2011) que realizam uma análise da teoria

de Ricoeur (2004) onde afirma que o reconhecimento é constituído em três níveis: o reconhecimento como identificação, o reconhecimento de si mesmo e o reconhecimento mútuo.

No primeiro nível aborda o reconhecimento a partir de uma análise epistemológica de forma crítica, afirmando que sua identificação não pode ocorrer apenas de maneira formal, mas deve ser vista também como uma reinterpretação ativa, pois parte de um plural “que muda a cada etapa, a cada novo fato agregado, a cada nova experiência vivida e é esse o pequeno milagre: ser o mesmo em outro, o ser outro em si mesmo” (Corá e Nascimento, 2011, p. 409).

O segundo nível desloca o debate do campo epistemológico para o campo existencial e hermenêutico, onde reconhecimento deixa de ser apenas “saber quem é quem” e passa a ser uma experiência de descoberta de si, que pode transformar a identidade do sujeito, mediado pela narrativa e pela experiência, onde o sujeito não apenas descobre, mas também se (re)cria.

O terceiro e último nível do reconhecimento refere-se a reconhecer o outro e ser reconhecido por ele, nesse sentido Ricoeur (2004) leva sua análise para o âmbito sociabilidade humana, onde se estabelece uma relação com o outro e cria-se a base para a vida social, abrangendo a dimensão histórica e política da humanidade.

Pautando-se nessa discussão, foi questionado às mulheres do Remijo sobre o reconhecimento das atividades que desenvolvem na comunidade, e identificamos as seguintes falas:

“A gente percebe que as pessoas têm um carinho pela gente, né, por mim. Eu acredito que sim, né. Eles não me procuram só com ACS, eles me procuram como pessoa mesmo que trabalha na comunidade, que ajuda, inclusive eles. Eles falam na comunidade, né, que quando a gente não tá aqui as coisas não acontecem, né. Eles falam muito na reunião, dizem que nós aqui somos o esteio da comunidade. Aí a gente fica feliz” (J, 2024).

“É, como eu tô falando, né. Tem, porque eu tenho um reconhecimento muito, né, assim, quando a menina chegou pra cá, passou uma semana, mais ou menos, ela foi lá em casa, levou uma sacola de roupa, ela disse assim, ‘mana, eu vim aqui trazer essa roupa pra te fazer, porque me informaram que aqui tem três costureiros, mas a melhor é tu’(risos)” (O, 2024).

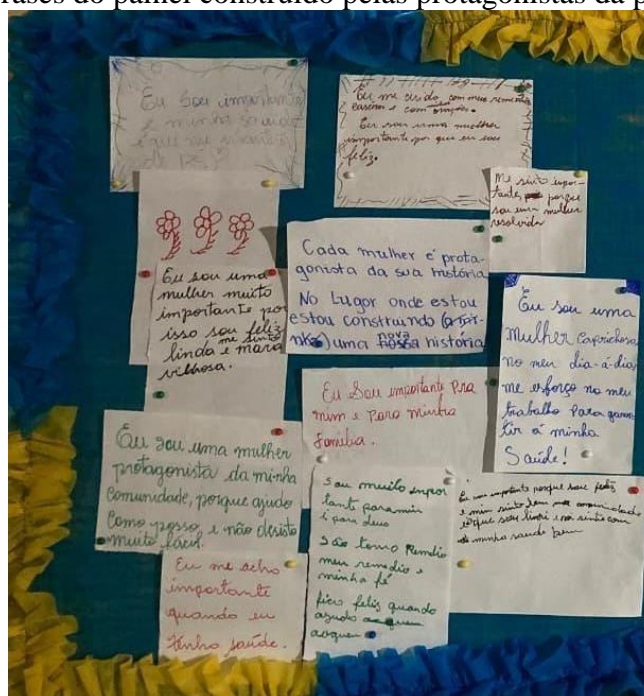
“Eu sinto que eles reconhecem o que eu faço. Eles são muito carinhosos comigo, entendeu? Eles são muito, assim, atenciosos. Eu acho que é importante. Eu me sinto muito bem com isso, entendeu? E cada vez mais eu procuro ajudar cada vez mais” (I, 2024)

Nas falas acima conseguimos identificar os três níveis do reconhecimento relacionados ao protagonismo das mulheres ribeirinhas do Remijo. A identificação, ao afirmar que são “o esteio da comunidade” no sentido de que são elas que dão sustentação ao bom andamento da comunidade. O que também demonstra o reconhecimento de si e do outro, que também se

mostra na continuidade da fala da ribeirinha J quando afirma que “é verdade mesmo, né, quando a gente não sai, já não teve mais o culto, não teve mais nada”, nesse sentido elas se percebem como sujeitas de direitos, líderes comunitárias e agentes transformação.

Na fala de I também consegue-se identificar o terceiro nível do reconhecimento, onde o protagonismo das mulheres aparece nas relações coletivas, quando sua atuação é legitimada socialmente e incorporada nas decisões voltadas para o desenvolvimento social da comunidade. O que também é observado na fala do presidente da comunidade ao solicitar a presença das mulheres durante reunião comunitária: “Não se pode começar e nem decidir nada sem a mulherada” (Diário de Campo, 2025), colocando mais uma vez coloca em evidência o protagonismo dessas mulheres. as reuniões são realizadas em conjunto com todos os comunitários e a fala do presidente evidenciou que as decisões só podem ser tomadas mediante a presença das mulheres, afirmando que suas vozes ter importância e significância no Remijo.

Figura 17 – Frases do painel construído pelas protagonistas da pesquisa



Fonte: Própria autora (2024)

A figura acima apresenta algumas das frases construídas pelas ribeirinhas durante a realização da oficina e que destacam de que forma elas entendem seu protagonismo. Essas frases compõem o painel produzido pelas participantes, onde contém frases e desenhos sobre o que elas compreenderam a respeito dos temas debatidos.

Diante disso, é possível observar o protagonismo das mulheres do Remijo em seu cotidiano, seja no trabalho, na saúde, na vida em comunidade e na sua construção identitária. Na história do Remijo, assim como em muitas histórias de comunidades ribeirinhas, as

mulheres são protagonistas do desenvolvimento social comunitário, e isso está expresso em todas as falas, imagens, resultados e discussões apresentadas neste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que o protagonismo das mulheres ribeirinhas está presente nas múltiplas atividades que desenvolvem no seu cotidiano, respondendo ao objetivo principal desta pesquisa, de compreender o protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da Comunidade Remijo. Assim, identificamos que as mulheres do remijo são em sua maioria nascidas na comunidade, de famílias que tradicionalmente a construíram, são mulheres trabalhadoras, dedicadas à sua família e comunidade. Seu laço afetivo com a comunidade reflete em sua identidade ribeirinha.

Descrevemos as principais atividades realizadas pelas mulheres entrevistadas, relacionadas à agricultura, ao trabalho doméstico, serviços públicos, costura, atividades que fazem parte do seu dia a dia e por meio das quais estabelecem suas relações sociais com a comunidade, com o território e constroem sua identidade. É nesse cotidiano de múltiplas atividades que se destaca a cultura, costumes e saberes passados de geração a geração, reforçando as características de uma comunidade tradicional.

As atividades no âmbito do trabalho e da saúde, integram esse cotidiano e evidenciam o protagonismo das mulheres na comunidade. Não há separação entre as questões de trabalho e as questões de saúde, ambas são exercidas como atividades comuns do seu modo de vida. Para as mulheres do Remijo, todas as atividades que desenvolvem durante seu dia a dia são compreendidas como trabalho, desde o cuidado com a casa até as atividades externas ao ambiente doméstico. Como expressou a ribeirinha M em sua fala “pra mim tudo é trabalho” (M, 2024). O trabalho das mulheres ribeirinhas é polivalente, pois envolve uma diversidade de atividades seja no terreiro, roça, ou em atividades correlatas, além das atividades tipicamente conhecidas que se restringem ao ambiente doméstico.

No âmbito da saúde as falas abordaram tanto os serviços públicos disponibilizados para a comunidade como, principalmente, as práticas tradicionais de saúde utilizadas em sua maioria, desenvolvidas pelas mulheres. Aqui inclui-se o uso de chá, banhos, benzimentos e puxações. Para as mulheres essas práticas são consideradas válidas e lhes possibilitam ter saúde, além de que são atividades integradas do cotidiano e estão relacionadas com o protagonismo.

Partindo dos conceitos de reconhecimento e participação social, para abordar o protagonismo, percebemos que as mulheres do Remijo assumem papéis de protagonistas ao reconhecer a si e ao outro, além de serem reconhecidas pela comunidade como um todo. Esse

reconhecimento se dá por meio das atividades cotidianas onde são ouvidas e valorizadas e onde buscam se articular visando o bem comum comunitário.

A maioria das literaturas apresentadas nessa pesquisa apontam que o protagonismo das mulheres no âmbito rural se relaciona com o trabalho e com as articulações de movimentos sociais em busca de reconhecimento e valorização. No Remijo não identificamos a instituição de um grupo de mulheres voltado especificamente para discutir questões relacionadas a questões de gênero, ou causas feministas. Porém, notou-se que há articulação de toda a comunidade através de uma Associação Comunitária onde, embora o cargo de presidente da comunidade não seja ocupado por uma mulher, são as vozes delas que ecoam nas reuniões para tomadas de decisões da comunidade.

Mesmo que as mulheres no Remijo não possuam uma associação, grupo, ou movimento específico instituído, que tratam das causas de luta feminina, isso não invalida sua luta diária no cotidiano da comunidade. Essa luta ficou evidente nas falas das entrevistadas e durante os encontros realizados. Seja por meio da professora, da gente comunitária de saúde, da lavadeira, da costureira, da agricultora, todas buscam melhores condições de vida para si, sua família e para comunidade. Essas mulheres podem não ser identificadas como ativistas ou militantes, mas suas ações cotidianas têm força política, e isso ficou explícito em suas falas no decorrer da pesquisa.

Portanto, é fundamental ouvir as vozes ribeirinhas, reconhecer e valorizar as atividades desenvolvidas por essas mulheres, pois elas são importantes mantenedoras da biodiversidade, de grande parte da alimentação das famílias seja para o consumo ou comercialização dos produtos cultivados, da cultura, do território e da ancestralidade.

A constituição de um grupo, que possibilite o encontro dessas mulheres para compartilhar suas vivências, experiências, expressar seus desejos e construir uma articulação política, foi apontada por uma das participantes durante a oficina, onde afirmou que momentos como a oficina são importantes para elas estreitarem os laços e buscarem melhorias para vivência comunitária. “Eu gostei muito né, da senhora ter vindo aqui na nossa comunidade, e eu sinto falta da gente se reunir assim, sem ser coisa da comunidade, da escola, da igreja, mas se reunir assim né, pra conversar, pra se conhecer mais, pra falar da gente né como mulher aqui do Remijo. Estou muito feliz de ter participado, obrigada” (O, 2024)

A partir da fala de O, compreendemos que há nessas mulheres o desejo de constituir um grupo que instigue discussões como as realizadas durante a pesquisa, que evidenciem seu cotidiano, seu modo de vida, seu protagonismo e que reforcem sua identidade sociocultural.

Assim, a pesquisa regou a semente que poderá germinar em um grupo de mulheres na comunidade.

Nesse sentido, entendemos que é necessário fomentar alternativas de participação das mulheres em espaços de discussão que incentivem a construção de políticas públicas, integrando-as em projetos que auxiliem na valorização e reconhecimento das mulheres em suas atividades cotidianas como fundamentais para o desenvolvimento rural.

Compreendemos assim, que as mulheres ribeirinhas do Remijo expressam força, determinação, articulação e conhecimento para construir suas histórias e a história da comunidade no dia a dia, reconhecendo seus papéis de destaque, mesmo que esse não seja seu principal objetivo. Em suas falas demonstraram que seu protagonismo está relacionado com sua construção identitária e sua relação com o território e com a natureza, desenvolvendo suas atividades em busca de meios que lhes garantam qualidade de vida em comunidade.

É nas atividades cotidianas que as mulheres ribeirinhas buscam superar sua invisibilidade, ainda tão visível, que é propagada por raízes históricas de um patriarcado que moldou a sociedade. Essa invisibilidade dentro da comunidade é superada a cada atividade desenvolvida pelas mulheres, que são reconhecidas e valorizadas por todos em seu território.

A busca das mulheres por reconhecimento e valorização está pautada nas especificidades de seus modos de vida, evidenciando sua cidadania por meio do seu cotidiano. É a partir da atuação dessas mulheres na organização coletiva das comunidades e sua participação nas tomadas de decisão que vêm ganhando visibilidade e reconhecimento.

Apesar das longas jornadas, que começam antes do nascer do sol e atravessam o dia entre a lida com a casa, o roçado e o cuidado com a família, elas seguem atuando como pilares do território, articulando saberes e práticas que mantêm viva a cultura local.

Apesar das limitações de acesso a políticas públicas, a serviços de saúde e educação, elas desenvolvem estratégias coletivas, fortalecem redes de apoio e fazem da solidariedade uma ferramenta de resistência. Evidenciando sua capacidade de organização e gestão diante das desigualdades. Apesar de toda carga histórica que carregam, apesar da divisão sexual do trabalho, apesar dos estereótipos, apesar da invisibilidade, elas constroem caminhos próprios e reinventam as formas de existir na comunidade.

Apesar de tantos desafios, seu protagonismo se manifesta na coragem de permanecer, de cuidar, de produzir, de ensinar e de transformar. São mulheres que, mesmo diante das adversidades, assumem o papel central na sustentação de sua comunidade. Podemos afirmar que o protagonismo das mulheres ribeirinhas se manifesta como prática cotidiana de resistência, transformação e afirmação identitária, reafirmando que a resistência ribeirinha também é, e

sobretudo, feminina. Assim, essa pesquisa mostrou que o protagonismo das mulheres está presente nas suas múltiplas atividades diárias.

É válido ressaltar que a maioria das referências utilizadas nesse trabalho não usam o termo “ribeirinha” para se referir às mulheres rurais. Percebe-se que ainda há uma lacuna nas produções literárias que abordam esse termo, visto que essa categoria é encontrada principalmente em pesquisa que envolvem os povos da Amazônia, e notou-se ainda que a maioria das pesquisas com mulheres rurais são desenvolvidas nas regiões sul, sudeste e nordeste do país. Esses dados foram observados na revisão escopo construída anteriormente à realização da pesquisa e que apontou resultados com estudos nessas regiões.

Portanto, ao singrar as águas do Uaicurapá essa pesquisa trilhou um caminho para a difusão de conhecimento sobre o tema e a ampliação da discussão a respeito do protagonismo das mulheres ribeirinhas. Ao navegar por essa discussão encontramos águas turbulentas que apontaram as necessidades e vulnerabilidades das mulheres pela falta de reconhecimento, e efetivação de seus direitos, seja no âmbito socioassistencial, na saúde, na educação. Assim, nosso barco aproa para a importância da visibilidade, do reconhecimento da difusão e reflexão a respeito dos modos de vida e o protagonismo das mulheres ribeirinhas, respeitando as especificidades regionais da Amazônia e valorizando os aspectos culturais que formam essas mulheres.

É imprescindível a fomentação e a efetivação de políticas públicas voltadas para essas mulheres para que sejam reconhecidas como cidadãs e peças fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Para isso, torna-se necessário o incentivo da produção de conhecimentos voltados a essa temática, a realização de pesquisas que busquem compreender a realidade ribeirinha e que busquem meios para reconhecer e valorizar a realidade e as especificidades do contexto amazônico. Não é apenas coletar dados, mas difundi-los e transformá-los em atos políticos.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 261–295, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; ARANHA, Elvira Maria Godinho; SOARES, Júlio Ribeiro. *Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo*. Cadernos de Pesquisa, v. 51, 2021.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. *Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos*. Psicologia Ciência e Profissão, 2006, 26 (2), 222-24.

ALENCAR, Isadora de Paula Vieira; MACIEL, Roseli Martins Tristão. A desvalorização do trabalho produtivo e reprodutivo no sistema capitalista: invisibilidade e protagonismo da mulher rural. *Revista de Economia da UEG*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 48–57, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5182271>.

ALVES, José Diego Gobbo; PEREIRA, Heloísa Corrêa; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. *Territorialidades das igrejas evangélicas nas comunidades tradicionais da Amazônia Central*. Confins [online], n. 63, 2024. DOI: 10.4000/11wvl.

ALVES, Kelly Mercês; MATOS, Cleide Carvalho de. O papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves, Pará. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 16, p. 418–432, 2020.

ANTONIO, Gerson José Yunes; BRAGA, Carolina Maria Heliadora de Góes Araujo Freijo; ASSIS, Renato Linares de; AQUINO, Adriana Maria de. *O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil*. Boletín de Estudios Geográficos, Mendoza, n. 113, p. 69–89, 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Amarildo Silva. *Os Ribeirinhos de São João do Araguaia, Pará, Brasil: A construção do território e a dimensão vivida às margens do Rio Tocantins*. Geographia Opportuno Tempore, [S.l.], v. 9, n. 1, 2023. DOI: 10.5433/got.2023.v9.48351.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. In: *A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais*. 2000. p. 21-21.

BEZERRA, Patricia Araújo; CAVALCANTI, Pauline; MOURA, Leides Barroso de Azevedo. Colonialidade e saúde: olhares cruzados entre os diferentes campos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 33, e33025, 2023. DOI: 10.1590/S0103-7331202333025.

BORGHI, Carolina Michelin Sanches de Oliveira; OLIVEIRA, Rosely Magalhães de; SEVALHO, Gil. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 869–897, set./dez. 2018. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00142.

BORZONE, Clariana Vilela; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Protagonismo das mulheres assentadas no Território Rural do Bolsão-MS: gênero, território e resistência camponesa. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, vol. 28, núm. 2, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 9, n. 18, p. 1–23, jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 11.641, de 16 de agosto de 2023. *Institui o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais*. Brasília, 16 de agosto de 2023; 202º da Independência e 135º da República.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta* / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimp. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social* / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. *Relatório de Políticas Públicas para Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRITO, Jussara Cruz de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 195–204, jan./mar. 2000. DOI: 10.1590/S0102-311X2000000100020.

Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2000.v16n1/195-204/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga. Lutas, movimentos e resistência: direitos das mulheres no Brasil. In: MACHADO, Rita de Cássia Fraga; CASTRO, Amanda Motta (orgs.). *Direito das mulheres no Brasil: experiências de Norte a Sul*. Manaus: UEA Edições, 2016. p. 23–31.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORÁ, Élsio José; NASCIMENTO, Cláudio Reichert do. Reconhecimento em Paul Ricoeur: da identificação ao reconhecimento mútuo. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 407–423, out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p407>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CORDEIRO, Rosineide de LM; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, p. 419-423, 2007.

COSTA, Adilvaneide; SILVA, Iranilton Trajano da; MARTINS, Maria de Fátima; BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega. *Revisão sistemática da literatura com análise bibliométrica sobre as ações humanas e os eventos climáticos extremos*. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 12, p. 16595–16619, dez. 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n12-079. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv15n12-079>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Protagonismo juvenil: o que é e como praticá-lo*. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2017. Disponível em: [https://alfredoreisviegas.files.wordpress.com/2017/07/protagonismo\\_juvenil.pdf](https://alfredoreisviegas.files.wordpress.com/2017/07/protagonismo_juvenil.pdf). Acesso em: 19 mar. 2024.

COSTA, Gabriela Duan Farias; PIMENTEL, Camila; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. Perfil das parteiras tradicionais do Amazonas: relações do partejar entre serviços de saúde e participação política. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 33, e33023, 2023.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e "bem-viver": emergências descoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Congresso Mundos de Mulheres, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1–12. Disponível em: <https://www.fg2024.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 09 jun. 2025.

DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FECHINE, Elaine Filgueiras Gonçalves. *Condições de vida e trabalho das mulheres ribeirinhas do rio Madeira*. Porto Velho: Fundação UFRO, 2008.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Porto Alegre: Autêntica, 2004.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Káñina*, v. 14, n. 2, p. 1–24, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/3jFxmCxy4FVJ4Cj8W3Grt9w/>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. Olhares cruzados sobre o ecofeminismo. *Ephata: Revista Portuguesa de Teologia*, v. 4, n. 2, p. 37–49, 2022. DOI: 10.34632/ephata.2022.11381. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/ephata/article/view/11381>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GIULIANI, Maria Vitória. O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. In: TASSARA, Eda de Terezinha Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira; GUEDES, Maria do Carmo (Org.). *Psicologia e ambiente*. São Paulo: EDUC, 2004. p. 89–106.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRIMM, Suzane; ESTEVAM, Dimas de O; SALVARO, Giovana I. J. Protagonismo feminino no meio rural: as mulheres da cooperação no sul de Santa Catarina – Brasil. *Revista Ártemis*, vol. XXXIII nº 1; jan-jun, 2022. pp. 198-216.

GUIMARÃES, David Franklin da Silva; VASCONCELOS, Mônica Alves de; VIDAL, Terena do Couto Sampaio; PEREIRA, Henrique dos Santos. A relação entre eventos climáticos extremos e desastres ambientais fluviais no Amazonas. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e1781071822, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.1822>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/17882>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRATA, Helena. *Gênero, patriarcado, trabalho e classe*. São Paulo: Cortez, 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena (Org.). *Trabalho, gênero e sociedade: novas perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 45–68.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HORTALE, Virginia Alonso. *Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras, objetos e métodos*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

JÚNIOR, Josivaldo Bentes Lima; SILVA, Adan Renê Pereira da. *Mulheres e práticas de cura: vivências no Mocambo do Arari – Parintins, Amazonas*. História em Reflexão, [S.l.], v. 14, n. 28, p. 1–20, 2020.

KUHNEN, Tânia Aparecida. *Marcha das Margaridas: apontamentos para um (eco) feminismo latino-americano*. *Sul-Sul-Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 1, n. 01, p. 124-147, 2020.

LIMA, Caroline Federicci Trevisan de; GARCIA, Janay. Invisibilidade do trabalho da mulher rural em Medicilândia/PA: impactos na aposentadoria pelo trabalho rural. *Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas*, v. 5, n. 2, p. 45–60, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufpa.br/index.php/rdpp/article/view/12345>. Acesso em: 03 set. 2025.

LIMA, Maria de Nazaré Teles de. *Educação ribeirinha: desafios e perspectivas*. Belém: Editora UFPA, 2016.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MACIEL, Josiane da Silva; MORAES, Rosângela Dutra de; NINA, Socorro De Fátima Moraes. *Dimensão subjetiva do trabalho de ribeirinhos em uma comunidade rural do Amazonas*. Trabalho (En)Cena, Palmas-TO, v. 23, e023003, 2023. ISSN eletrônico: 2526-1487. DOI: 10.20873/2526-1487e023003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/trabalhoencena/article/view/52330>. Acesso em: 04 set. 2023.

MAIA, Zildenice Matias Guedes; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. O papel das mulheres na reconstrução do conceito de ruralidade: uma experiência de trabalho feminino da Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos-RN. *Revista Brasileira de Estudos de Gênero e Trabalho*, v. 3, n. 1, p. 45–59, 2011.

MEUS, Albina Graciéla Aguiar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 17, e2117327, p. 01-14, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Ciência, Técnica e Arte: o desafio da Pesquisa Social*. In: *Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Huciter, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Saúde-doença: uma concepção popular da etiologia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1988.

MORAES, Maria Vitória Ferreira. Natureza enquanto princípio feminino: a resistência da mulher e seus reflexos no contexto socioambiental. *Revista de Estudos Socioambientais*, v. 8, n. 2, p. 45–60, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufpa.br/index.php/resa/article/view/6789>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MOURA, Abdalaziz de. Aprofundamento do conceito de protagonismo usado pelo Serta. In: LOVATO, Antonio; YIRULA, Carolina Prestes; FRANZIM, Raquel (Orgs.) *Protagonismo: a potência de ação da comunidade escolar*. São Paulo: Ashoka / Alana, 2017. p. 22-31.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gisele (Orgs.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 17–34.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NINA, Socorro de Fátima Moraes; MORAES, Rosângela Dutra de. Saúde e adoecimento no trabalho de mulheres de uma comunidade rural do Amazonas. In: *Trabalho, cuidado e saúde: caminhos dos serviços e da pesquisa na Amazônia* [recurso eletrônico] 1.ed. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

NINA, Socorro de Fátima Moraes; MORAES, Rosângela Dutra de. Saúde e adoecimento no trabalho de mulheres de uma comunidade rural do Amazonas. In: ALVARENGA, Eric *et al.* (org.). *Trabalho, cuidado e saúde: caminhos dos serviços e da pesquisa na Amazônia*. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. p. 159-179.

NOBRE, Itamar de Moraes; GICO, Vânia de Vasconcelos. O uso da imagem fotográfica no campo da sociologia da saúde: uma experiência na formação de alunos do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. *Comunicação Saúde Educação* v.13, n.31, p.425-36, out./dez. 2009.

NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese. A comunidade do Pau Rosa/Amazonas e a relação entre natureza, cultura e o processo saúde/doença. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 22-34, 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula Lima Carvalho de; SILVA, Iolete Ribeiro da; PRINTES, Jocicleia Souza. Entre a escola e o rio: vivências e desafios da educação infantil ribeirinha. *Revista Exitus*, Santarém, v. 12, p. 1–25, e022009, 2022.

OLIVEIRA, Maria da Neves Cândido. A representatividade feminina no associativismo produtivo na Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Florianópolis: UFSC, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

PASTORIO, Ines Terezinha; ROESLER, Marli Renate Von Borstel. O protagonismo das trabalhadoras rurais no acesso ao direito à terra, permanência e modo de produção coletiva. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 21, n.2, p.355-374, jan./jun. 2019.

PATRÍCIO, Karina Pavão; SILVA, Maria das Graças Lins Brandão; LOPES, Palmira Sérgio. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 677–686, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wzC3GWydBNNhTX9kNWFGdk/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PEQUIM. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995.

PIMENTEL, Reidevandro Machado da Silva; FERNANDES, Luene Silva Costa; SOUZA, Solane Pinto de; BELÉM, Adriane Gomes; FREITAS SILVA, Joana Maria Borges de. Puxar, pegar e benzer: práticas tradicionais de cuidado na cidade de Parintins, AM. In: SOARES, Elaine Pires; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; GUEDES, Thalita Renata Oliveira das Neves; REIS, Ana Elizabeth Sousa; FREITAS, Joana Maria Borges de (Orgs.). *A arte do cuidado em saúde no território líquido: conhecimentos compartilhados no Baixo Rio Amazonas*, AM. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021. p. 63–75.

PITANGUY, Jaqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

REIS, Letícia Souza; NINA, Socorro de Fátima Moraes; FERREIRA, Breno de Oliveira. Saúde e trabalho de mulheres ribeirinhas amazônicas na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura. In: TORRES, Marck de Souza; NINA, Socorro de Fátima Moraes; RESENDE, Gisele Cristina (Org.). *Implicações psicológicas dos processos psicossociais e da saúde na Amazônia*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2021. p. 90-108.

REIS, Marcelo Henrique da Silva; PORTUGAL, Jéssica Karoline Alves; MARÍÑO, Josiane Montanho; BARROS, Wendel da Silva; DANTAS, Jaynne de Souza; SOUZA, Tanny Thaylle Gomes de; REIS, Yara da Silva dos; GERMANO, Sibebe Naiara Ferreira; BARÃO, Évelyn Janaína da Silva; FREITAS, Duã Louise Aires de. O impacto do advento de uma Unidade Básica de Saúde Fluvial na assistência aos povos ribeirinhos do Amazonas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, [S.l.], v. Sup., n. 53, e3631, 2020. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e3631.2020>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RIBEIRO, Sonaira Serrão Castro; VALENTE, Leidiane Santarém; SOARES, Elaine Pires; FLORÊNCIO, Clerton Rodrigues; SOUZA, Adna Batalha de; LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; KOIDE, Nara Reis Carneiro. Unidade Básica de Saúde Fluvial como modelo de atenção à saúde ribeirinha no município de Parintins, Amazonas. In: SOARES, Elaine Pires; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; GUEDES, Thalita Renata Oliveira das Neves; REIS, Ana Elizabeth Sousa; FREITAS, Joana Maria Borges de (Orgs.). *A arte do cuidado em saúde no território líquido: conhecimentos compartilhados no Baixo Rio Amazonas*, AM. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021. p. 123–134.

RICOEUR, P. Le Juste, la justice et son échec. In: M. REVAULT & F. AZOUVI (Orgs.). *Les Cahiers de L’Herne*. Pp. 287-306. Paris: Éditions de l’Herne, 2004.

RIOS, Sadraque Oliveira; COSTA, Jean Mario Araujo; MENDES, Vera Lucia Peixoto Santos. *A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa*. Discursos fotográficos, Londrina, v.12, n.20, p.98-120, jan./jul. 2016.

SADALA, Klaudia Yared; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Gênero e meio ambiente em populações ribeirinhas na Amazônia: o estado da arte de estudos que relacionam as temáticas. *Revista AMAzônica*, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq/EDUA. Ano 10, Vol XIX, Número 1, Jan-Jun, 2017, Pág. 9-23.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 15, n. 2, p. 437–443, maio/ago. 2007. DOI: 10.1590/S0104-026X2007000200010.

SANTOS, Débora Fragata dos; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. *O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular*: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. *Novos Rumos Sociológicos, Pelotas*, v. 7, n. 11, p. 279-310, jan./jul. 2019. DOI: 10.15210/norus.v7i11.17051. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/17051>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SANTOS, Izi Caterini Paiva Alves Martinelli dos; SCHWEICKARDT, Júlio César; ALMEIDA, Lucas da Silva de; REIS, Ana Elizabeth Souza; GUEDES, Thalita Renata Oliveira das Neves; LEMOS, Sônia Maria. Caminhos da urgência e emergência no território ribeirinho de Barreirinha e Parintins: fluxos e redes vivas do usuário-guia. In: SOARES, Elaine Pires (Org.) et al. *A arte do cuidado em saúde no território líquido: conhecimentos compartilhados no Baixo Rio Amazonas*, AM. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2021. Série Saúde & Amazônia, v. 15. 1. ed. 234 p. E-book: PDF. ISBN 978-65-87180-49-6. DOI: 10.18310/9786587180496.

SCHNEIDER, Clair Odete; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; WEDIG, Josiane Carine; VARGAS, Thiago de Oliveira. *Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural*: um estudo no município de Vitorino, Paraná. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 245–258, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i2.2560>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/qMfbPhJpKYMfjmWsSsMLZWq/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Somos ribeirinhos: pensamento, território e cuidado em saúde*. In: *A arte do cuidado em saúde no território líquido: conhecimentos compartilhados no Baixo Rio Amazonas*, AM. 1.ed. - Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2021.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; SOARES, Elaine Pires; FLORÊNCIO, Clerton Rodrigues; GUEDES, Thalita Renata Oliveira das Neves; REIS, Ana Elizabeth Sousa; FREITAS, Joana Maria Borges de. Caminhos da pesquisa na ilha Tupinambarana: uma abordagem participativa, Parintins, AM. In: SOARES, Elaine Pires; SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; GUEDES, Thalita Renata Oliveira das Neves; REIS, Ana Elizabeth Sousa; FREITAS, Joana Maria Borges de (Orgs.). *A arte do cuidado em saúde no território líquido: conhecimentos compartilhados no Baixo Rio Amazonas*, AM. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021. p. 15–24.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v.15, n. 2, jul./dez 1995. [versão consideravelmente revisada com consulta ao original em inglês].

SEMSA. Secretaria Municipal de Saúde de Parintins. *Plano Anual de Saúde 2019*. Parintins, 2019.

SEMSA. Secretaria Municipal de Saúde de Parintins. *Plano Anual de Saúde 2023*. Parintins, 2023.

SILVA, Bruno Neves da; SOUZA, Nilba Lima de; RIQUINHO, Deise Lisboa; PINTO, Erika Simone Galvão. História oral de vida de mulheres rurais: trabalho, saúde e resiliência. *Saúde Coletiva (Barueri)*, [S.l.], v. 14, n. 91, p. 13562–13580, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2024v14i91p13562-13580>.

SILVA, José Edson. Aplicação dos núcleos de significação como método de análise para entrevista: a escolha profissional de um adolescente. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, v. 25, n. 3, p. 387-387, 2017.

SOARES, Elaine Pires (Org.); SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; GUEDES, Thalita Renata Oliveira das Neves; REIS, Ana Elizabeth Sousa; FREITAS, Joana Maria Borges de. *A arte do cuidado em saúde no território líquido: conhecimentos compartilhados no Baixo Rio Amazonas, AM*. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2021. Série Saúde & Amazônia, v. 15. 234 p. E book: PDF. ISBN 978 65 87180 49 6. DOI: 10.18310/9786587180496.

SPINK, Mary Jane Paris. CORDEIRO, Mariana Prioli. BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado. *PRÁTICAS DISCURSIVAS: uma estratégia construcionista de análise do discurso*. In: *Análise de conteúdo e análise do discurso*. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2022.

TAVARES, Beatriz Carvalho; MINUZZO, Daniela; SANTOS, Annah Bárbara Pinheiro dos. Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: articulação do grupo de mulheres residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparaó – ES. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 41, n. 1, p. 97-113, jan./jun. 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.696. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.696>. Acesso em: 04 jul. 2023.

VOLKWEISS, Anelise; MENDES DE LIMA, Vanessa; RAMOS, Maurivan Güntzel; FERRARO, José Luís Schifino. *Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades*. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. e29112, 2019. DOI: 10.15448/2179-8435.2019.1.29112. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/29112>. Acesso em: 02 fev. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330 p. ISBN 978 85 386 0078 7. Série Estudos Rurais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/232612>. Acesso em: 02 fev. 2024.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto alegre, RS: Penso, 2016.

**APÊNDICE A – Anuência da Secretaria Municipal de Saúde de Parintins**

ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

A Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA Parintins/Am, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**Mulheres Ribeirinhas: o protagonismo no cotidiano da Comunidade Remígio do município de Parintins-Am**”, coordenado pela Profª Dra. **Socorro de Fátima Moraes Nina** da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, desenvolvido em conjunto com pesquisadora e discente **Amanda Maciel Batista** da Universidade do Estado do Amazonas - UEA.

A Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA Parintins/Am, assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados para a elaboração da dissertação para a obtenção do grau de mestre em **Saúde Coletiva**, na área da Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Amazonas – UEA. A autorização para realização da pesquisa fica condicionada à obediência de procedimentos de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. Autorizamos a citação do nome da instituição nos títulos e textos das futuras publicações dos resultados do estudo.


Parintins/Am, 07 de março de 2024.

**CLERTON RODRIGUES FLORENCIO**


Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 007/2021- CMRH/SEMAD

## APÊNDICE B – Anuência da Associação Comunitária do Remijo



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA



**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu *Pedro Augusto dos Santos Dias*, na qualidade de Presidente da Comunidade Remígio, autorizo a realização da pesquisa intitulada “*Mulheres Ribeirinhas: o protagonismo no cotidiano da comunidade Remígio do município de Parintins-Am*”. Este termo é válido apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética avaliador do estudo.

*Pedro Augusto dos Santos Dias*  
Pedro Augusto dos Santos Dias  
Presidente da Comunidade

Parintins, *08* de *março* de 2024.

## APÊNDICE C – Roteiro de Perguntas para a primeira Oficina



### UNIVERSIDADE O ESTADO DO AMAZONAS ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



#### **Perguntas disparadoras para realização de Oficina**

As perguntas podem ser reformuladas a partir das respostas dos participantes no Roteiro de Perguntas Norteadoras em consonância com os objetivos da pesquisa.

- 1) Como vocês desenvolvem as atividades de trabalho no dia a dia?
- 2) Como você classifica as atividades que você faz?
- 3) De que formas essas atividades contribuem com a comunidade?
- 4) Como você se vê ao realizar essas atividades?
  
- 5) O que você entende como prática de saúde? Como você as desenvolve práticas de saúde seu cotidiano? De que forma as atividades que você realiza diariamente estão relacionadas com a saúde?

## APÊNDICE D – Roteiro de Perguntas para a Segunda Oficina



### UNIVERSIDADE O ESTADO DO AMAZONAS ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



#### **Perguntas disparadoras para realização de Oficina**

As perguntas podem ser reformuladas a partir das respostas dos participantes no Roteiro de Perguntas Norteadoras em consonância com os objetivos da pesquisa.

- 1) O que você entende como prática de saúde?
- 2) Como você as desenvolve práticas de saúde seu cotidiano?
- 3) De que forma as atividades que você realiza diariamente estão relacionadas com a saúde?

**APÊNDICE E – Roteiro de Perguntas para Entrevista Semi-estruturada****UNIVERSIDADE O ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA****Roteiro para Entrevista Semiestruturada**

- 1) Como é viver na comunidade?
- 2) O que você faz no seu dia a dia?
- 3) Como você realiza suas atividades?
- 4) Das atividades que você faz qual é a mais leve e/ou a mais pesada?
- 5) Dessas atividades o que você considera trabalho?
- 6) Essas atividades se relacionam com sua saúde? De que forma?
- 7) Quais as práticas de saúde você desenvolve no seu dia a dia?
- 8) Como suas atividades podem ser importantes para comunidade?

Como você se vê durante a realização de suas atividades cotidianas?

## ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Amazonas (CEP/UEA)

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAZONAS - UEA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** MULHERES RIBEIRINHAS: O PROTAGONISMO NA COMUNIDADE REMÍGIO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AMAZONAS

**Pesquisador:** AMANDA MACIEL BATISTA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 79202024.5.0000.5016

**Instituição Proponente:** Universidade do Estado do Amazonas-UEA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.914.152

#### Apresentação do Projeto:

**Título da Pesquisa:** MULHERES RIBEIRINHAS: O PROTAGONISMO NA COMUNIDADE REMÍGIO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AMAZONAS

**Pesquisador Responsável:** AMANDA MACIEL BATISTA

**Versão:** 2

#### Resumo:

Abordar sobre o protagonismo das mulheres ribeirinhas na contemporaneidade é um desafio, se trata de uma temática que vem galgando espaços nos estudos. Partimos do conceito de protagonismo associado à participação ativa e construtiva das mulheres na sociedade. Para fomentar essa discussão nos apropriamos da teoria de Federici (2004) destacando o processo emancipatório das mulheres rurais a partir da importância do movimento das mulheres no cercamento e apropriação de terras que ocorreu nas comunidades rurais com a implementação do capitalismo, associando-a com as comunidades rurais ribeirinhas da Amazônia. Lira e Chaves (2015) destacam algumas características importantes a serem consideradas na reflexão sobre as comunidades rurais da Amazônia, evidenciando o modo particular da gestão dos recursos naturais, a organização social e o reconhecimento do espaço onde se constrói e se estabelecem as identidades sociais, modos de vida específicos, cultura, dentre outros aspectos. Destaca-se que, atualmente as comunidades rurais ainda são fortemente pautadas

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** Cachoeirinha

**CEP:** 69.065-001

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 6.914.152

na agricultura e na divisão sexual do trabalho, características que invisibilizam a participação social das mulheres, uma realidade presente nas comunidades amazônicas. Autores como Fachine (2008), Sadala & Brasileiro (2017), Borzone (2019), Pastorio (2019), Meus (2021) e Grimm (2022) abordam essa discussão. Diante disso, levando em consideração as possibilidades de construção de conhecimento no campo das ciências sociais e humanas na Saúde Coletiva e seu compromisso ético-político pautado na busca pela justiça social, partimos do conceito de mulheres ribeirinhas enquanto uma categoria social e política, relacionada ao seu modo de viver, sua vida econômica, social e cultural. Assim, esta pesquisa busca compreender o cotidiano das mulheres ribeirinhas associando à sua emancipação, evidenciando seu protagonismo nos processos de trabalho e saúde. Trata-se de uma pesquisa social de cunho qualitativo a ser realizada na Comunidade Remígio do município de Parintins, com mulheres acima de 18 anos de idade. Como estratégia metodológica serão realizadas oficinas (Spink et al, 2014) e entrevistas semiestruturadas (Batista et al, 2017) com as participantes que procederem com a assinatura do TCLE. A coleta de dados será realizada por meio da pesquisa de campo tendo como instrumentos, roteiro de entrevista semiestruturado, diário de campo, registros fotográficos e fonográficos. A análise dos resultados será realizada por meio dos núcleos de significações (Aguar & Ozella, 2006; Silva, 2017; Aguiar, Aranha e Soares, 2021). Esta pesquisa busca contribuir para ampliar as pesquisas no campo da Saúde Coletiva a partir da construção de conhecimento, além da possibilidade de criar um espaço de discussão que (re)conheça, evidencie e valorize as mulheres ribeirinhas, possibilitando a criação de estratégias voltadas para efetivação dos direitos, a fim de reforçar, evidenciar e reconhecer seu protagonismo.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Compreender o protagonismo das mulheres ribeirinhas no cotidiano da Comunidade Remígio.

Objetivo Secundário:

Conhecer as mulheres e seu cotidiano na comunidade Remígio;

Identificar as atividades desenvolvidas pelas mulheres sob a perspectiva do protagonismo; Relacionar o protagonismo das mulheres na comunidade com as categorias trabalho e saúde no seu cotidiano.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

<b>Endereço:</b> Av. Carvalho Leal, 1777	<b>CEP:</b> 69.065-001
<b>Bairro:</b> Cachoeirinha	
<b>UF:</b> AM	<b>Município:</b> MANAUS
<b>Telefone:</b> (92)3878-4368	<b>Fax:</b> (92)3878-4368
	<b>E-mail:</b> cep.uea@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 6.914.152

Destacamos como risco a dificuldade de acesso à comunidade, dificuldade de compreensão por parte dos participantes e a não disponibilidade de participação podendo dificultar o desenvolvimento da pesquisa. Esta pesquisa pode apresentar também riscos de possíveis danos na dimensão psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual, assim como desconfortos e/ou constrangimentos no decorrer do processo ou dele decorrente.

Como forma de reduzi-los, será assegurado ao participante a liberdade de interromper, adiar ou cancelar sua participação em qualquer momento na pesquisa. Caso haja necessidade de assistência em decorrência da pesquisa, pode-se entrar em contato com a pesquisadora para a realização de acompanhamento psicológico com a psicóloga Jovana Nogueira Bruno (CRP 20/12.240), sem qualquer ônus.

**Benefícios:**

Como benefício esta pesquisa contribuirá para a difusão de conhecimento sobre o tema e a ampliação da discussão sobre o protagonismo das mulheres ribeirinhas. Contribuindo para a visibilidade, reconhecimento e reflexão sobre os modos de vida e o protagonismo das mulheres ribeirinhas, fomentando a efetivação de políticas públicas voltadas para essa população, pautados na produção de conhecimentos baseada em evidências considerando as particularidades do território amazônico.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

**Metodologia Proposta:**

Como instrumentos de pesquisa para a coleta de dados durante a pesquisa de campo serão utilizados: roteiro de entrevista semiestruturado, roteiro de perguntas disparadoras para realização de oficinas. Serão utilizados ainda o diário de campo e registros fotográficos e fonográficos, além da utilização de observação participante durante a coleta de dados.

Para adentrar ao campo de pesquisa será estabelecido contato com o presidente da comunidade e com a agente comunitária de saúde, os quais serão a porta de entrada para a comunidade. Após a aproximação com o campo, todas as mulheres da comunidade serão convidadas a participar das atividades, seguindo os critérios de inclusão. O convite será feito por meio de reuniões comunitárias e/ou no encerramento da atividade religiosa aos domingos. Serão realizadas 3 (três) oficinas com as mulheres, onde serão instigadas a contarem suas vivências e experiências relacionadas ao seu cotidiano, trabalho e saúde. O intuito principal é provocar um debate que coloque em evidência o protagonismo das mulheres no cotidiano e na construção sócio-histórica da comunidade. Posteriormente, levando em consideração os relatos

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777  
**Bairro:** Cachoeirinha **CEP:** 69.065-001  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 6.914.152

apresentados durante as oficinas, iremos observar quem tem mais relação com o protagonismo e/ou liderança, apontando nomes de destaque na comunidade, assim serão selecionadas de 3 a 5 mulheres para serem entrevistadas, as quais serão escolhidas de acordo com o que for colhido e observado durante a pesquisa. As entrevistas seguirão um roteiro semiestruturado e proporcion

**Critério de Inclusão:**

Como critério de inclusão, serão incluídas todas as mulheres acima de 18 anos que possuam residência fixa na comunidade há mais de um ano.

**Critério de Exclusão:**

Como critério de exclusão: aquelas que estão há menos de um ano na comunidade, ou que estão residindo temporariamente por algum motivo específico; as que apresentarem dificuldades e limitações para a responder à entrevista; as que por algum motivo não permaneçam na comunidade durante a realização da pesquisa e as que participarem de apenas um encontro.

**Metodologia de Análise de Dados:**

Será utilizado como método os núcleos de significações, partindo da análise de narrativas sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Ou seja, será feita a análise e categorização das narrativas obtidas em campo, por meio das quais se dará o processo de interpretação e inferência sobre as falas dos entrevistados, articulando os significados contidos nas palavras para ir além das aparências e aproximar-se das zonas de

sentidos (Silva, 2017). O procedimento metodológico contemplará as seguintes etapas, descritas por Aguiar, Aranha e Soares (2021):

- 1) Transcrição do material coletado em campo, o que consistirá no denominado corpus da pesquisa;
- 2) Leitura flutuante, ou seja, uma leitura exaustiva e recorrente do que foi transcrito, a fim de se familiarizar e se apropriar desse material;
- 3) Identificação dos pré-indicadores: palavras carregadas de significado que extraídas do contexto tornam-se relativamente independentes, levando em consideração as informações que carregam e que irão permitir destacar questões para a possível constituição de teses importantes para serem investigadas e essenciais para a recomposição da totalidade;

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777  
**Bairro:** Cachoeirinha **CEP:** 69.065-001  
**UF:** AM **Município:** MANAUS  
**Telefone:** (92)3878-4368 **Fax:** (92)3878-4368 **E-mail:** cep.uea@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 6.914.152

4) Constituição dos indicadores, resulta da articulação dos pré-indicadores fazendo surgir um conjunto dialeticamente articulado com um novo explicativo, gerando uma nova síntese;

5) Constituição dos núcleos de significações, uma abstração maior onde os indicadores e os pré-indicadores que os constituem se articulam dialeticamente em uma nova síntese.

É válido destacar que nesse processo de articulações são considerados critérios como semelhança, complementariedade e contraposição presentes nas significações identificadas. Assim, para além desses critérios, os núcleos de significações devem possibilitar também a identificação de contradições. Dessa forma, análise dos núcleos constituídos ocorre inicialmente por um processo intra-núcleo, avançando posteriormente para a análise inter-núcleos, levando sempre consideração os critérios de semelhança e/ou contradição, articulando as falas dos sujeitos com o contexto social, político, econômico e histórico, permitindo o acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade (Aguiar e Ozella, 2006).

Através desse método busca-se apropriar-se do que está nos níveis mais profundos do indivíduo tendo como ponto de partida os dados empíricos.

Para isso é necessário ir além das aparências, buscando uma explicação da constituição do objeto de estudo no seu processo histórico, ultrapassando a mera descrição dos fatos.

Ao reconhecer o objeto de pesquisa como um produto sócio-histórico partimos da teoria marxista do materialismo histórico-dialético que, como metodologia de investigação científica, busca a totalidade na investigação da realidade revelando seu movimento histórico, suas contradições e as possibilidades de superação. Assim, durante a análise dessa pesquisa pretende-se reconhecer a historicidade, a materialidade e a dialeticidade das

relações entre o indivíduo e a sociedade (Aguiar, Aranha e Soares, 2021; Minayo, 2010).

Diante disso, o método escolhido contemplará o alcance dos objetivos da pesquisa, aproximando-nos da compreensão dos sujeitos de pesquisa a partir de sua subjetividade. Após a análise de dados, será produzido o texto da dissertação.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Trata-se de um projeto de segunda versão;

Tem como Instituição proponente a ESA- Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UEA para obtenção do título de mestre

Pesquisador Responsável: AMANDA MACIEL BATISTA - Orientadora: Profa. Dra. Socorro de Fátima de Moraes Nina;

Financiamento próprio com orçamento de: R\$ 7.150,00;

Folha de rosto devidamente preenchida e assinada;

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** Cachoeirinha

**CEP:** 69.065-001

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com

**UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAZONAS - UEA**



Continuação do Parecer: 6.914.152

Os critérios de exclusão foram corrigidos;

O cronograma foi anexado para coleta de dados dentro do prazo de aprovação pelo CEP;

TCLE: foi paginado;

A metodologia foi detalhada.

**Recomendações:**

Vide campo: "conclusões ou pendências e lista de inadequações"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trata-se de um protocolo de pesquisa com seres humanos, o mesmo atende os preceitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto somos pela APROVAÇÃO. Salvo, melhor juízo e o parecer.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2307501.pdf	19/05/2024 23:34:58		Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEP_assinado.pdf	19/05/2024 23:29:46	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.docx	17/05/2024 02:08:28	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Outros	Roteiro_Oficina.docx	17/05/2024 02:07:54	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	17/05/2024 02:05:51	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	17/05/2024 02:05:38	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.docx	17/05/2024 02:05:24	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Outros	DECLARACAO_Psico.pdf	22/03/2024 02:06:01	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	22/03/2024 02:05:47	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Outros	Termo_com_ass.pdf	22/03/2024 02:04:42	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** Cachoeirinha

**CEP:** 69.065-001

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 6.914.152

Outros	Termo_anuencia_sec_ass.pdf	22/03/2024 02:04:21	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	22/03/2024 01:48:43	AMANDA MACIEL BATISTA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 26 de Junho de 2024

---

**Assinado por:**  
**ELIELZA GUERREIRO MENEZES**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Carvalho Leal, 1777

**Bairro:** Cachoeirinha

**CEP:** 69.065-001

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3878-4368

**Fax:** (92)3878-4368

**E-mail:** cep.uea@gmail.com